MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
13ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Maceió, 03/2011

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
13ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCUecursos de outros programas nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria-TCU nº 277/2010.

Maceió/AL, 03/2011

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
13ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Martins Cardozo

Secretário-Executivo
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração
Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretor Geral
Hélio Cardoso Derenne

Chefia de Gabinete
Geovana Ferreira de Andrade Alves

Coordenação Geral de Operações
Alvarez de Souza Simões

Coordenação Geral de Administração
Marcelo Aparecido Moreno

Coordenação Geral de Recursos Humanos
Sérgio Max Bastos Lins

Coordenação Geral de Planejamento e Modernização Policial Rodoviária
Ricardo Max de Oliveira Pereira

Corregedoria Geral
Lorival Carrijo da Rocha

13ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Superintendente Regional
Gibson Magalhães Viana

Missão Institucional
Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã

Sumário

Introdução....7
A – Conteúdo Geral....8
1. Identificação do Relatório de Gestão Individual....8
2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira....9
a) Responsabilidades Institucionais da Unidade....9
I. Competência Institucional....9
II. Objetivos Estratégicos....11
b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais....11
I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida e do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão....11
II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão....12
c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade....13
I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ....13
II. Execução física das ações realizadas pela UJ....13
Análise Crítica....14
Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal....15
Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais....24
Programa 0750 – Apoio Administrativo....43
c.1) Outros Programas de Governo....49
c.1.1) Programa 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais....49
c.1.2) Programa 1453 – Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI....49
c.1.3) Programa 1463 – Qualidade dos Serviços de Transporte....49
c.1.4) Programa 0089 – Previdência de Ativos e Inativos da União....49
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro....50
I. Programação Orçamentária das Despesas....50
1 - Programação de Despesas Correntes....50
2 - Programação de Despesas de Capital....50
3 - Quadro Resumo da Programação de Despesas....50
4 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa....51
Análise Crítica....53
II. Execução Orçamentária das Despesas....53
1 - Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ....53
2 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação....53
a) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação....53
b) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação....54
c) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação....54
Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação....55
2.4.3. Indicadores Institucionais....55
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos....60
4. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores....60
4.1. Análise Crítica....60

5. Recursos Humanos da Unidade....62
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos....62
5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas....64
5.3. Composição do Quadro de Estagiários....64
5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos....65
5.5. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra....66
5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos....68
6. Transferências Efetuadas no Exercício....69
6.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2010....69
6.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios....70
6.3. Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes....70
6.4. Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse71
6.5. Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse....72
6.6. Análise Crítica....73
7. Declaração sobre Contratos e Convênios....74
8. Informações sobre Declarações de Bens e Rendas....75
9. Estrutura de Controles Internos da UJ....75
10. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis....77
11. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial....78
11.1. Análise Crítica....79
12. Gestão de Tecnologia da Informação....80
13. Cartões de Pagamento do Governo Federal....81
14. Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ....81
15. Deliberações do TCU e Recomendações do OCI....81
16. Recomendações do Controle Interno....81
B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO....82
1. Declaração do contador responsável....82
CONCLUSÃO....83
ANEXO I – RELATÓRIO CORREICIONAL 2010....84
ANEXO II – DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL....87

Índice de quadros

Quadro I - Execução Física das Ações....13
Quadro II – Coeficiente de Adequações das Unidades Operacionais....16
Quadro III - Coeficiente de Adequações das Unidades Operacionais....17
Quadro IV - Cursos realizados pela Regional – Ação 2524....27
Quadro V - despesas com a Ação 2723....29
Quadro VI - Acidentes....30
Quadro VII - Acidentes....31
Quadro VIII - Acidentes....31
Quadro IX – Procedimentos Realizados....33
Quadro X – Atividades de Saúde....37
Quadro XI – Atividades de Educação para o Trânsito....41
Quadro XII – Atividades de Educação para o Trânsito....42
Quadro XIII – Despesas com a Ação 2000....45
Quadro XIV – Despesas com a Ação 1453....49
Quadro XV – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa....51
Quadro XVI – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação 53
Quadro XVII – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação....54
Quadro XVIII – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação....54
Quadro XIX – Fiscalização de Alcoolemia....60
Quadro XX – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores....60
Quadro XXI – Comparativo de RP dezembro/2009....61
Quadro XXII – Restos a Pagar dezembro/2009 referentes a reformas....61
Quadro XXIII – Composição do Quadro de Recursos Humanos – Ingressos e Egressos....62
Quadro XXIV – Composição do Quadro de Recursos Humanos – Faixa Etária....63
Quadro XXV – Composição do Quadro de Recursos Humanos – Escolaridade....63
Quadro XXVI – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas....64
Quadro XXVII – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão....64
Quadro XXVIII – Composição do Quadro de Estagiários....64
Quadro XXIX – Custos de Recursos Humanos....65
Quadro XXX – Contratos de Prestação de Serviços de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva....66
Quadro XXXI – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra....67
Quadro XXXII – Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra....68
Quadro XXXIII – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência....69
Quadro XXXIV – Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados....70
Quadro XXXV – Instrumentos de Transferência que Viger]ao em 2011 e Exercícios Seguintes....70
Quadro XXXVI – Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas pela UJ....71
Quadro XXXVII – Visão Geral da Análise das Prestações de contas de Convênios....72
Quadro XXXVIII – Despesas de Convênio....73
Quadro XXXIX – Estrutura de Controles Internos da UJ....75
Quadro XL – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis....77
Quadro XLI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União..78

Quadro XLII – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ.....79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAIF – Coeficiente de Adequação das Unidades Operacionais

CGO – Coordenação Geral de Operações

CGPLAM – Coordenação Geral de Planejamento e Modernização

CIEE – Centro de Integração Empresa Escola

CIOP – Central de Informações Operacionais da Polícia Rodoviária Federal

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

DCC – Divisão de Combate ao Crime

DG – Direção Geral

DN – Decisão Normativa

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

LOA – Lei Orçamentária Anual

MJ – Ministério da Justiça

NOE – Núcleo de Operações Especiais

NUTEL – Núcleo de Telemática

NUINT – Núcleo de Inteligência

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual

PRF – Polícia Rodoviária Federal

SAF – Seção Administrativa e Financeira

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SEFAZ – Secretaria da Fazenda

SPF – Seção de Policiamento e Fiscalização

SRH – Seção de Recursos Humanos

SRPRF – Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

Introdução

O Relatório de Gestão está estruturado conforme os normativos e orientações emitidas pelo Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União e Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça.

A parte I da letra d do item 2 (à exceção da Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa), do Anexo II da DN/TCU nº 107/2010, não se aplica à natureza jurídica da UJ, pelo fato de não sermos UO.

A parte II da letra d do item 2, do Anexo II da DN/TCU nº 107/2010, no que se refere a créditos origiários da UJ, não se aplica à natureza jurídica da UJ, face todos os créditos disponibilizados para esta UJ o serem por movimentação.

Os item 17 da letra A Anexo II da DN/TCU nº 107/2010 não se aplica à natureza jurídica da UJ, por não estar elencado no item b do Quadro A1 do mesmo anexo.

Os itens 2, 3, 4 e 5 da letra B do Anexo II da DN/TCU nº 107/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ, por não estarem elencados no item b do Quadro A1 do mesmo anexo.

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e Portaria TCU nº 277/2010, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2010.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2010. Como também tivemos acesso a recursos de outros programas, fizemos uma breve explanação sobre estes. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e consequentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2010 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

É preciso levar em conta que, em virtude de sermos uma desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, estamos vinculados aos planejamentos de ordem maior, emanados daquela Unidade Gestora, que por sua vez, utilizou como norte o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2010 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração central, desta e das demais Superintendências e dos Distritos Regionais.

Com o presente documento, a 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

GIBSON MAGALHÃES VIANA
Superintendente Regional

A – Conteúdo Geral

1. Identificação do Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal			**Código SIORG**: 000704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/AL			
Denominação abreviada: Texto			
Código SIORG: 99999	**Código LOA: UJ não é UO**		**Código SIAFI: 200129**
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			**Código CNAE: 8424-8/00**
Telefones/Fax de contato:	(82)3217-9200	(82)3327-9909	
E-mail: sup.al@dprf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Desembargador Almeida Guimarães, 22 – Pajuçara – CEP 57.030-160 - Maceió/AL			

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada	
Constituição da República Federativa do Brasil - 1988	- Inclui a Polícia Rodoviária Federal no Capítulo III (Da Segurança Pública – Artigo 144).
Lei no 8.028, de 12/04/1990	- Inclui a Policia Rodoviária Federal na área de competência do Ministério da Justiça (Artigo 19).
Decreto 1655, de 03/10/1995, publicado no D.O.U. De 04/10/1995	- Define a competência da Polícia Rodoviária Federal, e dá outras providências.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
Portaria MJ no 1.375, de 02/08/2007, publicada no D.O.U. De 06/08/2007 - Dispõe sobre o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
	Não se aplica
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
	Não se aplica

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
	Não se aplica

2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

a) Responsabilidades Institucionais da Unidade

I. Competência Institucional

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente, identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vitimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, consequentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a

criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública – é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado

e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autossustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

II. Objetivos Estratégicos

- Reduzir o número de acidentes em rodovias federais;
- Reduzir a mortalidade em rodovias federais;
- Reduzir a criminalidade em rodovias federais.

b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida e do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

Para fins de alcance dos resultados institucionais o principal mecanismo de trabalho deverá ser a abordagem de pessoas e veículos, devendo esta ser permeada por tratamento cortês, postura e apresentação individual adequadas, clareza e firmeza nas orientações;

Implementar a educação de trânsito no ato da abordagem, difundindo dados estatísticos de acidentes de trânsito, devendo as autuações serem precedidas de esclarecimento das infrações cometidas e dos riscos que elas representam para a segurança de trânsito, de modo a contribuir para a mudança de comportamento dos condutores;

Contribuir com o indicador "sensação de segurança" por meio da visibilidade, disponibilidade, divulgação das ações implementadas, qualidade e profissionalismo no atendimento das ocorrências;

Incluir na fiscalização ao transporte de passageiros e cargas ações de combate ao crime, quando possível com o emprego de grupos táticos e cães farejadores;

Informar aos passageiros, ao término da fiscalização, a importância do trabalho realizado e, sempre que possível, os dados relativos às apreensões de pessoas e drogas;

Contemplar nos planejamentos operacionais as operações especiais e os comandos específicos, bem como as operações relativas a eventos regionais e nacionais;

Considerar quando da elaboração do planejamento operacional as informações relativas aos pontos críticos de ocorrências de acidentes e crimes;

Fazer o planejamento específico das equipes de ronda e de Postos (Cartão-Programa). As equipes de ronda devem priorizar a fiscalização de infrações de deslocamento e a dos Postos as condições veiculares;

Aumentar a eficiência das abordagens, estabelecendo um padrão;

Controlar os trabalhos dos policiais para fins de avaliação de desempenho e qualidade do trabalho executado;

Implementar a fiscalização de excesso de velocidade com emprego de equipamentos estáticos e portáteis e a fiscalização de alcoolemia com emprego de etilômetros;

Implementar ações de fiscalização a motociclistas, principalmente em áreas urbanas;

Desenvolver políticas de comandos ou operações especiais com o uso do pessoal administrativo das sedes das regionais, mantendo atualizado os policiais da área administrativa;

Realizar eventos de capacitação, abrangendo os temas direitos humanos, cidadania, ética e postura profissional, idiomas, comunicação e relações interpessoais;

Melhorar as condições nos postos para atender aos usuários com mais eficiência, dotando-os de mapas, informações turísticas e equipamentos de informática;

Monitorar os status das comunicações no BR-Brasil e reduzir o tempo de resposta às ocorrências;

Viabilizar a criação de grupos táticas nas delegacias e o fortalecimento dos Núcleos de Operações Especiais;

Integrar as ações de combate ao crime com as atividades de inteligência;

Promover a integração com outros órgãos de segurança pública e de fiscalização.;

Implementar ações para prevenir e combater a corrupção na PRF;

Intensificar as ações multidisciplinares envolvendo todas as áreas das Regionais;

Implementar ações de monitoramento com a utilização de novas tecnologias (câmeras, OCR, etc.);

Implementar os convênios com estados e municípios, através do SAMU, para o atendimento qualificado das vítimas de acidentes de trânsito;

Realizar pesquisas de satisfação dos usuários, periodicamente, utilizando as fichas de fiscalização, verificando aspectos relativos a urbanidade, apresentação individual, clareza e firmeza na orientação/autuação;

Estimular ações de educação para o trânsito nas escolas, empresas, sindicados, associações, entre outros, por meio de palestras, oficinas e cursos.

II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

As principais estratégias da PRF no ano de 2010, com reflexos nesta Regional, foram:

- capacitação gerencial de todos os chefes de delegacia;
- capacitação de todo efetivo nos módulos de abordagens e tiro;
- melhorias nos Sistemas Gerenciais de Informação e no Sistema de Inserção de dados de acidentes (BR Brasil);
- utilização de radar fotográfico em trechos críticos de acidentes;
- execução das obras dos projetos de reforma de postos contratados em 2009.

c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Este demonstrativo não se aplica a esta UJ, somente a UO. Conforme redação constante nas Consolidações das Instruções Operacionais que Orientarão o Preenchimento das Partes A e B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, o demonstrativo somente deverá ser preenchido pelas UJ que tiverem responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA), o que não é o nosso caso.

II. Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro I - Execução Física das Ações

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física prevista	Meta Física realizada	Meta Física a ser realizada em 2011
6	181	663	2B11	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	Vide *	Vide **	Vide ***
6	128	663	2524	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	Vide *	104 servidores capacitados na regional em 2010	Vide ***
6	183	663	2720	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	Vide *	Vide **	Vide ***
6	181	663	2723	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	Vide *	168.788 procedimentos operacionais realizados em 2010	Vide ***
6	183	663	2816	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	Vide *	10 relatórios de Inteligência emitidos,18 Ordens de Missão, 18 Planos de Operação e 2 grandes operações realizadas	Vide ***
6	181	663	4290	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	Vide *	450 pessoas atendidas por ações de saúde nas rodovias	Vide ***
6	181	663	86A1	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	Vide *	Vide **	Vide ***
6	452	663	8692	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	Vide *	4.791 pessoas beneficiadas com ações de educação de trânsito	Vide ***
6	301	750	2004	Atividade	3 – Outras prioridades	unidade	Vide *	Vide **	Vide ***

4	365	750	2010	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	Vide *	Vide **	Vide ***
4	331	750	2011	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	Vide *	Vide **	Vide ***
4	306	750	2012	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	Vide *	Vide **	Vide ***
6	181	1386	200C	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	Vide *	Não houve uso de recursos desta ação em 2010	Vide ***
6	181	1386	200G-0001	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	Vide *	Vide **	Vide ***
6	181	1386	200G-0052	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	Vide *	Vide **	Vide ***
6	181	1386	200G-0062	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	Vide *	Vide **	Vide ***
6	181	1386	200G-0066	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	Vide *	Vide **	Vide ***
6	181	1386	200G-0068	Atividade	3 – Outras Prioridades	% execução financeira	Vide *	Vide **	Vide ***
6	181	1386	8623	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	Vide *	Vide **	Vide ***
6	181	1386	8623-0058	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	Vide *	Vide **	Vide ***
6	181	1386	8623-0060	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	Vide *	Vide **	Vide ***
6	181	1386	8698	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	% de manutenção	Vide *	Vide **	Vide ***
6	122	1386	1D49	Projeto	4 – Nenhuma prioridade	% execução financeira	Vide *	Vide **	Vide ***
6	301	750	20CW	Atividade	4- Nenhuma prioridade	unidade	Vide *	Vide **	Vide ***

* A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central
** A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central
*** A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central

Análise Crítica

A seguir, cada um dos Programas, com suas respectivas Ações, para o que couber, será analisado.

Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

2.3.1.2. Principais Ações do Programa

200G Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal
8623 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal
1835 Implantação dos Sistemas de Tecnologia da Informação
1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária
8698- Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

COEFICIENTE DE ADEQUAÇÕES DAS UNIDADES OPERACIONAIS – CAIF

A seguir, apresentamos uma tabela onde são apresentadas notas de 0 a 10 para vários aspectos qualitativos dos Postos de Coordenação e Controle desta Regional, usada para cálculo do CAIF. Este tipo de gestão é fundamental para um acompanhamento adequado da situação dos postos, para a tomada de decisões dentro do Programa 1386. Tendo em vista a extensão da tabela, optamos por dividi-la em duas, sem perda de informações.

Quadro II – Coeficiente de Adequações das Unidades Operacionais

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL-1836													
COEFICIENTE DE ADEQUAÇÕES DAS UNIDADES OPERACIONAIS – CAIF													
AVALIAÇÃO DAS DELEGACIAS - 1 ºSEMESTRE DE 2011													
		POSTOS ADEQUADOS FISICAMENTE					**POSTOS ADEQUADOS QUANTO A TI**				**POSTOS COM VIATURAS ADEQUADAS**		
DELEGACIA	**POSTOS**	ESPAÇO FISICO	ASPECTO EXTERNO	INSTA-LAÇÕES	INFRA-ESTRUTURA	**SOMA PONTOS / 4**	EQUIP. INFOR-MÁTICA	REDE DPRF/ INTERNET	SISTEMA DE RÁDIO	**SOMA PONTOS / 3**	A QUANTI-DADE É SUFICIENTE ?	IDADE ESTÁ ADEQUADA ?	**SOMA PONTOS / 2**
1ª Del – AL	PST 01 – MACEIO	10	9	9	9	9,25	7	9	9	8,33	9	9	9,00
1ª Del – AL	PST 02 – NOVO LINO	5	4	4	4	4,25	6	7	7	6,67	8	7	7,50
1ª Del – AL	PST 03 – UNIÃO DS PALMARES	6	5	5	5	5,25	6	7	8	7,00	8	7	7,50
2ª Del – AL	PST 01 – ATALAIA	5	4	2	5	4,00	8	8	8	8,00	10	8	9,00
2ª Del – AL	PST 03 – S. MIGUEL DOS CAMPOS	10	9	2	6	6,75	8	8	8	8,00	10	8	9,00
3ª Del – AL	PST 01 – PALMEIRA DOS INDIOS	9	10	9	10	9,50	2	4	4	3,33	7	9	9,67
3ª Del – AL	PST 02 – CARIE	8	9	8	8	8,25	4	4	4	4,00	7	9	8,00
MÉDIA DE PONTOS		**7,57**	**7,14**	**5,57**	**6,71**	**6,75**	**5,86**	**6,71**	**6,86**	**6,48**	**8,43**	**8,14**	**8,52**
RESULTADO: CAIF = 72,5													

Quadro III - Coeficiente de Adequações das Unidades Operacionais

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL-1836					
COEFICIENTE DE ADEQUAÇÕES DAS UNIDADES OPERACIONAIS – CAIF					
AVALIAÇÃO DAS DELEGACIAS - 1 ºSEMESTRE DE 2011					
		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
DELEGACIA	**POSTOS**	QUAL A QUANTIDADE MÉDIA DE POLICIAIS DE PLANTÃO NO 1º SEM. DE 2010?	QUAL A QUANTIDADE MÉDIA DE VIATURAS EM FUNCIONAMENTO?	O POSTO RECEBEU ALGUMA MANUTENÇÃO / REFORMA NOS ÚLTIMOS 4 ANOS ? SIM / NÃO	O PÁTIO PARA GUARDA DE VEÍCULOS É CERCADO? SIM / NÃO
1ª Del – AL	PST 01 – MACEIO	3	2	SIM	SIM
1ª Del – AL	PST 02 – NOVO LINO	2	1	SIM	PARCIALMENTE
1ª Del – AL	PST 03 – UNIÃO DOS PALMARES	2	1	SIM	PARCIALMENTE
2ª Del – AL	PST 01 – ATALAIA	3	4	SIM	PARCIALMENTE
2ª Del – AL	PST 03 – SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	3	4	SIM	PARCIALMENTE
3ª Del – AL	PST 01 – PALMEIRA DOS INDIOS	2	2	SIM	NÃO
3ª Del – AL	PST 02 – CARIE	2	2	SIM	SIM

2.3.1.3. Gestão das Ações

2.3.1.3.1. Ação 1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Aquisição de um imóvel para instalação da Sede Central do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam as necessidades administrativas do DPRF, com área útil de aproximadamente 10 (dez) mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unidade Central, através de instalações adequadas para o desenvolvimento de suas atividades e atendimento a sociedade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há. Ação Centralizada

2.3.1.3.1.1.2. Resultados
Esta é uma ação exclusiva do DPRF não tendo resultado nas Regionais

AÇÃO:200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Serviços Gerais

Resultados: Não há resultados nesta Ação para esta UJ, no exercício de 2010.

AÇÃO:8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Serviços Gerais

Resultados: Reforma do galpão utilizado como arquivo na Regional, com despesas no valor de R$10.693,05.

O arquivo da Regional funcionava numa sala de piso cimentado e cujo telhado apresentava diversas infiltrações.

Foi executada uma reforma onde foram contemplados diversos serviços, tais como:

- Recuperação do telhado com substituição das telhas de fibro cimento quebradas, sendo retirado todos os vazamentos existentes;
- Implantação de pontos de computador e rede;
- Colocação de piso cerâmico em todos os cômodos;
- Colocação de duas caixas de ar condicionado;
- Pintura de paredes e equadrias.

A execução da reforma foi de suma importância para o NUDOC, que passou a ter uma sala sem infiltrações, salvaguardando, dessa forma, a integridade dos processos arquivados no setor. O piso cerâmico também melhorou a higiene do setor que pode ser mantido limpo com facilidade.

A colocação de pontos de computador, pontos de rede e de ar condicionado proporcionou a criação de duas salas, onde hoje funcionam duas estações de trabalho, e uma melhor organização desse setor, de vital importância para a Superintendência.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Lateral do prédio pintada, inclusive esquadrias.

Piso cerâmico.

Parede construída e esquadria.

Portão da casa de bomba.

AÇÃO:1835 Implantação dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Nutel

Resultados: Não há resultados nesta Ação para esta UJ, no exercício de 2010.

AÇÃO: 200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Patrimônio
Coordenador nacional da ação	HENRIQUE LIMA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Patrimônio e Material

Resultados: Não há resultados nesta Ação para esta UJ, no exercício de 2010.

AÇÃO:8698- Manutenção e modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo	Projeto
Finalidade	Manuter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas e
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do orgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Nutel

Resultados: a seguir, detalhamento dos resultados com a Ação 8698, com as despesas resultantes.

DESCRIÇÃO	Valor Empenhado
Despesas com telefonia móvel	R$ 42.908,18
Conectividade via frame-relay e EDA.	R$ 121.898,33
Aquisição de 12 rádios transceptores e 10 telefones sem fio híbridos. Despesas com transferência das instalações de radiocomunicação do posto PRF de Maceió para o prédio onde se encontra o almoxarifado, enquanto aquele estava em manutenção. Despesas com telefonia fixa e manutenção da central telefônica da sede desta Regional	R$ 130.677,68
Aquisição de cartuchos de toner para impressoras, manutenção em máquinas fotocopiadoras, manutenção de equipamentos de informática, aquisição de fontes de alimentação para rádio transceptores, aquisição de equipamentos de informática (impressoras, switchs, no-breaks, roteadores, discos rígidos)	R$ 38.917,89
	R$ 334.402,08

Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
	Sensação de Segurança nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

Principais Ações do Programa

2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal
2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF
2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal
2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal
4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais
4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais
4641 Publicidade de Utilidade Pública
86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal
8703- Atividade Correicional
8692-Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais
2720- Ações de Carater Sigiloso na Área da Segurança Pública

Gestão das Ações

2.3.2.3.1. Ação 2C78- Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

TIPO	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social

Coordenador nacional da ação	LEJANDRE MONTEIRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SRH

Resultados: Não há resultados nesta Ação para esta UJ, no exercício de 2010.

AÇÃO:2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	LUCIANO DA SILVA FERNANDES
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Nutel

Resultados: foi aferido o radar fotográfico desta Regional, ao custo de R$720,00.

AÇÃO: 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Policia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Policia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas á formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteùdo teórico
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	Ricardo de Oliveira Betat
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NUCAP

Resultados: a seguir, listamos os cursos realizados por esta Regional, ao custo total de R$77.683,60. O custo envolve diárias, passagens e contratação de empresa para o curso de pregoeiro.

Quadro IV - Cursos realizados pela Regional – Ação 2524

MESES	CURSO	CARGA HORÁRIA	DATA	PARTICIPANTES	REALIZAÇÃO
MAIO	Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro	22h/a	18 a 20/05	7	Academia de Polícia Civil
JUNHO	Uso Legal e Progressivo da Força	30h/a	28/06 a 1º/07	8	13ªSRPRF
JULHO	Uso Legal e Progressivo da Força Pregoeiro	30h/a 16h/a	05/07 a 28/07 20/07 a 21/07	65 2	13ª SRPRF Empresa Negócios Públicos Eventos
AGOSTO	Falar em Público com Estilo e Confiança Estágio de Invasão Tática	20h/a 40h/a	02/08 a 06/08 09/08 a 13/08	2 7	Procuradoria Regional de Trabalho Polícia Militar de Alagoas/BOPE
SETEMBRO	Seminário de Inteligência e Combate ao Crime Organizado	04h/a	09/10/10	2	Secretaria de Estado e Defesa Social
OUTUBRO	Curso de Educação de Trânsito PAD-Formação p/membros de comissão	24h/a 27h/a	18 a 20/10 18 a 22/10	1 6	DENATRAN Administração Fazendária-Maceió
NOVEMBRO	Inclusão Social da Pessoa com Deficiência	20h/a	17 a 24/11	4	Ministério Público da União
				104	

AÇÃO: 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima.Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotécnia. Aquisição e manutenção de etilômetros.
	Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SPF

Resultados: a seguir, quadro com descrição dos gastos:

Quadro V - despesas com a Ação 2723

DESCRIÇÃO	VALOR DAS DEPESAS
Diárias e passagens aéreas para operações de combate ao crime.	R$ 125.903,54
Abastecimento da frota desta Regional	R$ 347.572,64
Diárias com a operação Gralha Azul	R$ 6.615,18
Manutenção da frota desta Regional	R$ 133.486,56
Diárias de operações	R$ 160.168,89
Aquisição de material e serviços ligados ao policiamento (formulários confeccionados, aferição e manutenção de etilômetros, aquisição de equipamentos, medicamentos e ração para o canil)	R$ 24.544,69
TOTAL	R$ 798.291,50

Durante o ano de 2010 foram realizadas diversas Operações de Policiamento específicas de Fiscalização de alcoolemia, excesso de peso, produtos perigosos, ultrapassagem, transporte interestadual de passageiros, ANTT-RNTRC, conforme relação abaixo:

2.1-ALCOOLEMIA (ETILÔMETRO):

Operação RESSACA I, II, III, IV, V e VI.

2.2-FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO (GERAL):

Operação FAIXA CONTÍNUA I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX Operação SERTÃO I e II.

2.3-FISCALIZAÇÃO DA ANTT

Operação ANTT I, II e III, Operação CARGA PESADA I e II, Operação CARGA DE RISCO I e II .

2.4-OPERAÇÕES TEMÁTICAS

Operação TEMÁTICA EXCESSO DE PESO, TEMÁTICA PRODUTOS PERIGOSOS e TEMÁTICA ANTT.

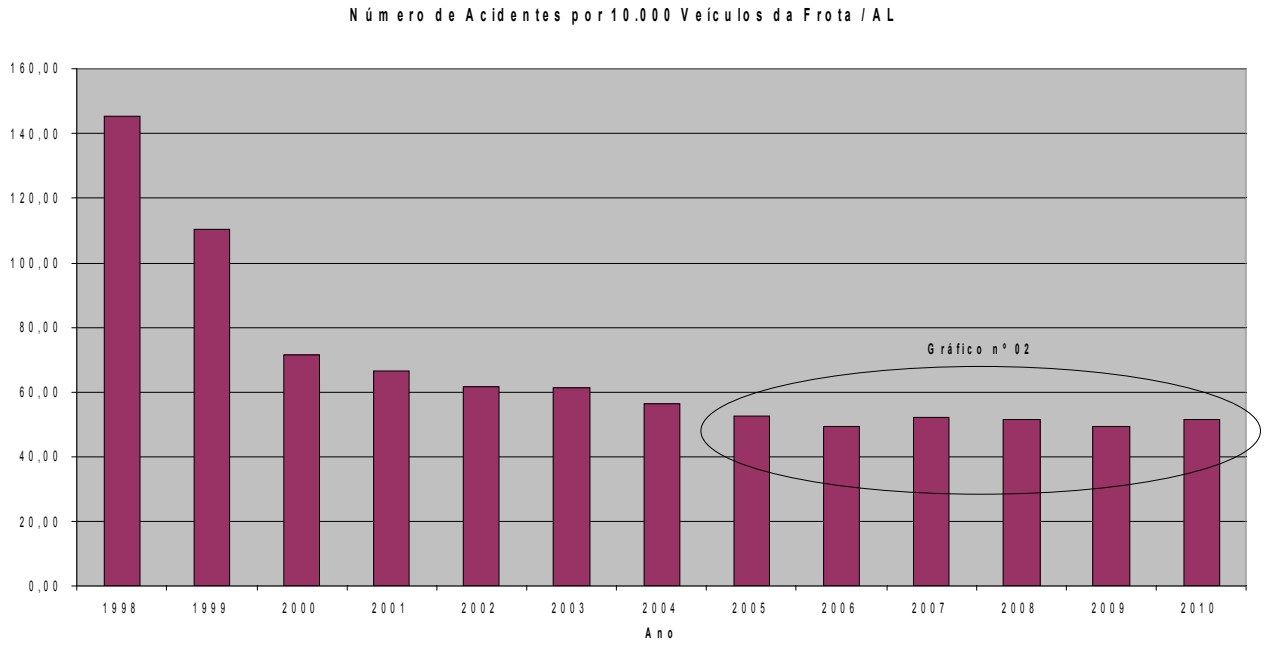
2.5-OPERAÇÕES NACIONAIS E REGIONAIS

Operação CARNAVAL, SEMANA SANTA, TIRADENTES, DIA DO TRABALHADOR, CORPUS CRHISTI, SÃO JOÃO, SETE DE SETEMBRO, PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, FINADOS, NOSSA SENHORA APARECIDA, NATAL, ANO NOVO, EMANCIPAÇÃO.

ACIDENTES (Com relação a variação da frota de veículos)

Quadro VI - Acidentes

	Ano 2009	**Ocorrência/Frota (Por 10.000 Veículos)**	**Ano 2010**	**Ocorrência/Frota(Por 10.000 Veículos)**	**Resultado (Ocorrência/Frota)**
Acidentes Com Mortos	109	2,81	127	2,88	Aumento de 2,51 %
Acidentes Com Vítimas	839	21,66	968	21,99	Aumento de 1,51 %
Acidentes Sem Vítimas	966	24,94	1182	26,85	Aumento de 7,65 %
Nº TOTAL de Acidentes	1914	49,41	2277	51,72	Aumento de 4,67 %
Soma de Feridos Leves	936	24,17	980	22,26	Redução de 7,88 %
Soma de Feridos Graves	553	14,28	712	16,17	Aumento de 13,28 %
Soma de Mortos	125	3,23	153	3,48	Aumento de 7,69 %



13ªSRPF – Em número absolutos (sem a variação da frota)

Quadro VII - Acidentes

TOTAL da 13ªSRPRF	Ano 2009	Ano 2010	Resultado
Acidentes Com Mortos	109	127	Aumento de 16,51 %
Acidentes Com Vítimas	839	968	Aumento de 15,38 %
Acidentes Sem Vítimas	966	1182	Aumento de 22,36 %
Nº TOTAL de Acidentes	**1914**	**2277**	**Aumento de 18,97 %**
Soma de Feridos Leves	**936**	**980**	**Aumento de 4,70 %**
Soma de Feridos Graves	**553**	**712**	**Aumento de 28,75 %**
Soma de Mortos	**125**	**153**	**Aumento de 22,40 %**

II. Análise do Desempenho

CONCLUSÕES:

Analisando os números de Acidentes do ano de 2010 e comparando aos apurados em 2009, observamos que iniciamos 2010 com o mesmo índice de acidentes do ano anterior, seguido por queda que chegou a – 3,4% (Abril/2010). O índice registrou queda até o mês de AGOSTO, onde ocorreu uma inversão do indicador que passou a registrar aumento de cerca de 2,2%/Mês com pico em NOVEMBRO (Aumento de 5,5%) fechando o ano com o indicador em + **4,67%** (Aumento), 18,00% abaixo do aumento registrado em todo o Brasil pelo DPRF (+ **5,69 %**) – Tabela nº 06.

Quanto a Classificação do Acidentes, observa-se que os Acidentes SEM Vítimas (+ 22,36%) aumentaram bem mais que a Frota Estadual (+ 13,66%), e acima do aumento registrado nos Acidentes Com Feridos (+ 15,38%) e Com Mortos (+ 16,51%), que ficaram bem mais próximos aos números da Frota de veículos.

Retirando-se a relação com a Frota de Veículos, verifica-se no Gráfico nº 05 que havia um equilíbrio na comparação de números absolutos de acidentes (2009 X 2010) até o mês de Agosto, mas os resultados ruins registrados no trimestre Setembro – Outubro – Novembro/2010 aliados ao excelente resultado obtido em Setembro/2009 (118 Acidentes – 26% abaixo da média/ano) foram decisivos no aumento registrado. Observou-se que enquanto o Número de Acidentes na Regional aumentou **18,97%** (Tabela 05), outros números destacaram-se (Tabelas nº 11 a 14 e Gráfico nº 07):

Quadro VIII - Acidentes

Número de Acidentes:	**Resultado 2009 X 2010**
Em **RETA**	AUMENTO DE **30,40%**
Em Pista BOA	AUMENTO DE 20,25%
Com Condição do Tempo: "Céu Claro ou Sol"	AUMENTO DE 17,00%
Em Pleno Dia	AUMENTO DE 16,90%

Enquanto os Acidentes cresceram 18,97% (crescimento sem considerar a Frota), os acidentes em RETA subiram **30,40%**, e em Pista BOA **20,25%**, sendo observado que os acidentes envolveram Veículos mais novos (até 5 anos de uso) que passaram de 52,43% em 2009 para

54,77% em 2010 (Gráfico nº 10), e Condutores mais jovens com a média de Idade* caindo de 38,38 anos para 38,09 anos, mas com picos em idades 2 anos a menos, picos em 27 e 43 anos em 2010 contra 29 e 45 anos no ano anterior (Gráfico nº 11), o que justifica os Fatores Contribuintes para os Acidentes ligado a condução do veículo ("culpa" do Condutor) passarem de 56,68% em 2009 para 63,45% em 2010 (Tabela nº 10).

Média de Idade* dos Condutores em que foi registrada a Data de Nascimento. Cerca de 86,7% dos Condutores envolvidos em Acidentes tiveram sua Idade identificada (Anos 2009 e 2010).

A Taxa de Variação de Acidentes/TVA (Acidentes /1.000.000 de veículos) – Indicador de Desempenho previsto para o Programa 0663 (Segurança Pública Na Rodovias Federais) do Plano Plurianual (PPA 2008-2011), atualizado na Portaria nº 049/2010-DG, previa para Regional em 2010 um índice de 29,76, o que corresponde a encerrar o ano 2010 com 1930 Acidentes (16 a mais que 2009 – 1914 Acidentes), sendo bem diferente da realidade encontrada nas estradas. A média de aumento no número de acidentes em Alagoas dos últimos 10 anos aponta um valor de 6,65% ao ano, e dos últimas 5 anos temos em média 11,11% ao ano. Outro fator agravante na utilização da TVA é que esta utiliza, em sua fórmula, o número de veículos da Frota Nacional, entretanto a Frota de veículos em Alagoas cresce mais (em termos proporcionais) que a Frota Nacional. Nos últimos 10 anos a Frota Nacional cresceu 103,25% contra 138,35% de crescimento da Frota em Alagoas (Fonte: Denatran), o que representa uma diferença de 34%. Caso fosse utilizado a Frota Nacional para os cálculos de desempenho (Resultado) demonstrados na Tabela nº 01 haveria uma piora em média de 103,76% nos valores obtidos. Observo que 71,97% do veículos e 81,34% dos Condutores que tiveram seu endereço identificado e que se envolveram em acidentes (ano 2010) nas estradas federais Alagoanas, eram emplacados ou residiam no Estado de Alagoas. Diante do exposto, conclui-se que a grande maioria dos acidentes registrados envolvem veículo e/ou condutores locais, motivo pelo qual foram utilizados os números da Frota do Estado para os cálculos de desempenho (Tabela nº 01).

Quanto as VÍTIMAS, verifica-se nos Gráficos nº 8 e 9 Linhas de Tendências em queda, mas detalhadamente tivemos:

Vítimas Feridas: começamos o ano 2010 em alta, seguido de forte queda com posterior oscilação, fechando o ano praticamente estável em relação a Frota AL (13,63% X 13,66%, respectivamente);

- Vítimas Fatais: começamos o ano 2010 em alta, seguido de forte queda, fechando o ano em alta em relação a Frota AL, mas com tendência de aproximação ao crescimento da Frota (22,40% X 13,66%, respectivamente). Destaco que ocorreu 01 Acidente em Outubro/2010 que registrou 06 Vítimas Fatais e 13 com Lesões Graves num trecho da BR-101 (Km 255) onde geralmente não ocorrem acidentes, que contribuiu nesse fechamento negativo do ano 2010.

Comparando o crescimento do Número de Acidentes com Vítimas Fatais e Feridas, com o crescimento do Números de Vítimas (Tabela nº 01), verifica-se com preocupação, que enquanto os números referentes aos Acidentes cresceram 2,51% (c/ Mortos) e 1,51% (c/ Feridos) - praticamente estáveis, os números da Vítimas cresceram 13,28% (Feridos Graves) e 7,69% (Mortos), o que nos permite afirmar que a quantidade de vítimas por acidente foi bem maior que em 2009, e observa-se uma redução no número de Vítimas Leves, o que nas faz acrescentar que a gravidade dos acidentes foi bem maior que no ano anterior. Retirando-se o crescimento da Frota e analisando os números brutos (Gráfico nº 4), vemos que as Vítimas Leves tiveram crescimento de 4,70%, contra 28,75% de Vítimas Graves e 22,40% de Vítimas Fatais, comprovando o aumento da gravidade dos acidentes em que houve registro de vítimas.

Quando analisamos o GRAU DE LETALIDADE (GL), que faz referência a

totalidade dos acidentes (Com e Sem Vítimas), verifica-se um pequeno aumento, sendo necessários **14,9** Acidentes para cada morte nas estradas, contra **15,3** acidentes por morte em 2009 (aumento de 2,61%). Destaco o resultado praticamente estável do indicador.

Ano 2008: GL = 17,6;
Ano 2009: GL = 15,3;
Ano 2010: GL = 14,9.

+ 13,1 %

+ 2,6 %

Quanto aos Comandos de Saúde nas Rodovias-CSR, em relação a 2009, conseguimos aumentar em 42,72% o número de atendimentos a Motoristas (foram 451 atendimentos em 05 Operações – 2 comandos a mais que o mínimo estabelecido pela DISAS/DPRF). Nos CSR os Motoristas Profissionais e demais usuários das Rodovias são atendidos por profissionais de saúde visando a detecção de fatores de risco e criação de indicadores estatísticos, sendo ainda oferecidos diversos outros serviços, tais como vacinação, distribuição de preservativos, orientação sobre: Trânsito, Alimentação Saudável, DST, entre outros.

Outro destaque na área de Saúde foi a participação do Núcleo no "Patrulha da Saúde", que faz parte das ações do PROSSERV (Projeto Servidor Saudável, Escolha Racional e Viável) da 13ª SRPRF-AL, para a melhoria da qualidade da saúde do Policial Rodoviário Federal. O Núcleo realizou o treinamento dos servidores integrantes da Equipe do Patrulha da Saúde, forneceu os equipamentos e materiais de consumo, bem como participou em todas as etapas do projeto, realizando junto com a Equipe do Patrulha as ações que envolviam exames de saúde (coleta de dados e anamnese), Antropometria, Medicina de Tráfego, Bioquímica e Orientações de Saúde, com o objetivo de diagnosticar os principais acometimentos de saúde dos servidores e propor soluções individuais e coletivas para resolução dos problemas, de forma integrada, nos aspectos físico, social e psicológico. As atividades do Projeto Patrulha da Saúde foram realizadas com todos os policiais, administrativos e terceirizados da 13ª SRPRF-AL, lotados na sede, 1ª, 2ª e 3ª delegacias.

III. Procedimentos Realizados

Quadro IX – Procedimentos Realizados

TOTAL 2010								
DELE-GACIA	**VEÍCULOS FISCALI-ZADOS**	**PESSOAS FISCALI-ZADAS**	**FISCALIZAÇÃO DE ALCOOLEMIA**			META	**REALI-ZADO**	**%**
			TOTAL DE TESTES	**AUTUA ÇÕES**	**PRISÕES**			
1ª Delegacia	29.604	5.390	21.728	328	112	55.467	56.722	102,26%
2ª Delegacia	32.411	4.698	24.206	173	56	58.467	61.315	104,87%
3ª Delegacia	24.328	1.583	20.254	217	88	38.312	46.165	120,50%
SPF	1.419	296	1.085	47	20	-	2.800	**1,66% ***
NOE	766	929	91	4	1	-	1.786	**1,06% ***
TOTAL	**88.528**	**12.896**	**67.364**	**769**	**277**	**152.246**	**168.788**	**110,87%**

TOTAL DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS:	**168788**

*** % em relação ao desempenho da regional**

AÇÃO:2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NUINT

Resultados: Aquisição de 02 câmeras filmadoras dissimuladas, suportes do tipo tripé e dois gravadores de video sobre cartão de memória. As despesas com a Ação totalizaram o valor de R$ 35.344,44, incluindo-se as diárias pagas. A seguir, informações referentes às atividades executadas, relacionadas à Ação 2816.

Documentos de inteligência produzidos:

Relatórios de Inteligência - 10
Ordem de Missão - 18
Plano de Operação -.....18

O Núcleo de Inteligência produziu conhecimento, durante todo o ano de 2010, que resultaram em 02 grandes operações no Estado de Alagoas, a saber:

OPERAÇÃO TEMPESTADE NO SERTÃO - No dia 22 de novembro de 2010 a Polícia Rodoviária Federal em parceria com o Grupo de Combate às Organizações Criminosas – GECOC/MPE/AL e Polícia Militar do Estado de Alagoas desencadearam a operação denominada "Tempestade no Sertão". O evento teve como principal objetivo cumprir 12 mandados de busca e apreensão, contra quadrilha envolvida em assaltos a veículos de carga e de transporte de passageiros que transitavam pelas rodovias federais de Alagoas. Os mandados, que foram solicitados pelo GECOC e expedidos pela 17a vara da justiça estadual, foram cumpridos em sua maioria na região do sertão do estado. Para realização da operação "Tempestade no Sertão" foi utilizado um efetivo aproximado de 150 agentes da Polícia Rodoviária Federal, além de agentes da Polícia Militar de Alagoas. 50 viaturas e 01 aeronave deram suporte logístico ao trabalho. Ao final da operação, foram cumpridos os 12 mandados de busca e apreensão, onde 10 pessoas foram presas em flagrante delito. Foram apreendidos ainda, 05 armas de fogo, 34 munições, 18 veículos com queixas de roubo/furto ou com restrições judiciais, 452 mídias gravadas e 15 animais silvestres. Todos os trabalhos de coleta e busca, planejamento e execução da operação foram acompanhados pelo Ministério Público Estadual, através do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (GCOC/MPE/AL).

OPERAÇÃO LEÃO DE FOGO - No dia 24 de novembro de 2010 a Polícia Rodoviária Federal, em parceria com o Grupo de Combate às Organizações Criminosas – GECOC/MPE/AL e a Secretaria da Fazenda de Alagoas – SEFAZ/AL desencadearam a operação denominada "Leão de Fogo". O evento teve como principal objetivo cumprir 30 mandados de prisão e de busca e apreensão, contra proprietários de postos que sonegavam impostos e adulteravam combustíveis. Os mandados, que foram solicitados pelo GECOC e expedidos pela 17ª Vara da Justiça Estadual, foram cumpridos simultaneamente em 09 municípios de Alagoas, a saber: Maceió, União dos Palmares, Satuba, Pilar, Barra de São Miguel, Atalaia, Arapiraca, Lagoa da Canoa e Craíbas. Para realização da operação "Leão de Fogo" foi utilizado um efetivo total de 150 agentes da Polícia Rodoviária Federal, além de agentes da Secretaria da Fazenda de Alagoas. 50 viaturas e 01 aeronave deram suporte logístico ao trabalho. Ao final da operação, 15 pessoas foram presas e encaminhadas à Central de Polícia de Maceió. Foram apreendidos mais de 168.774 litros de combustíveis, 17 armas, 352 munições, além de outros materiais utilizados para adulterar o produto. 12 postos foram lacrados por equipes da Secretaria da Fazenda. Todos os trabalhos de coleta e busca, planejamento e execução da operação foram acompanhados pela Polícia Rodoviária Federal, Secretaria da Fazenda e Ministério Público Estadual.

A Central de Informações Operacionais (CIOP/AL) encaminhou ao NUINT em 2010, um total de 25 denúncias sobre crimes diversos.

O NUINT iniciou em 2009 o projeto para implantação da Segurança Orgânica nas instalações da 13aSRPRF-AL. Parte desse projeto, principalmente no que concerne à colocação de câmeras, sensores, concertinas, etc, foi concluído em 2010 e início de 2011.

Pela natureza e grau de sigilo dos trabalhos desenvolvidos pelo núcleo de

inteligência, ficamos impedidos de divulgar outras informações.

AÇÃO:4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos.Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	Lejandre Monteiro
Responsável pela exA Terra estará em seu ponto mais próximo - cerca de 221.567 milhas de distância - da Lua em 19 anos em 19 de março. Alguns temem que o "perigeu lunar" afete o nosso padrão climático A internet foi invadida em 08 de ma ecução da ação no nível local (quando for o caso)	SRH

Resultados: Despesas com atividades de saúde nas rodovias federais, voltadas para os usuários, totalizando R$32.805,37. Aquisição de monitores de glicemia, colesterol e triglicerídeos, e das respectivas fitas reagentes, de aparelhos de medição de gordura corporal e de oxímetros portáteis. Aquisição de dois dinamômetros.

Quanto aos Comandos de Saúde nas Rodovias-CSR, em relação a 2009, conseguimos aumentar em 42,72% o número de atendimentos a Motoristas (foram 451 atendimentos em 05 Operações – 2 comandos a mais que o mínimo estabelecido pela DISAS/DPRF). Nos CSR os Motoristas Profissionais e demais usuários das Rodovias são atendidos por profissionais de saúde visando a detecção de fatores de risco e criação de indicadores estatísticos, sendo ainda oferecidos diversos outros serviços, tais como vacinação, distribuição de preservativos, orientação sobre: Trânsito, Alimentação Saudável, DST, entre outros.

Quadro X – Atividades de Saúde

Datas dos Comandos:		14-Abr	15-Mai	20-Mai	30-Jun	24-Nov	TOTAL
Efetivo PRF		13	2	8	5	4	32
Efetivo Externo		6	0	8	6	6	26
TOTAL de Motoristas Examinados		61	217	41	51	81	451
Carga Horária Excessiva	Examinados	61	0	41	51	81	234
	Alterados	18	0	5	13	39	75
Envolvimento em Acidentes	Examinados	61	0	41	51	81	234
	Alterados	4	0	5	3	11	23
Medicamentos impróprios	Examinados	61	0	41	51	81	234
	Alterados	0	0	0	0	0	0
Tabagismo	Examinados	61	0	41	51	81	234
	Alterados	10	0	10	6	14	40
Etilismo	Examinados	61	0	41	51	81	234
	Alterados	0	0	0	0	1	1
Sonolência Diurna	Examinados	61	0	41	51	81	234
	Alterados	1	0	0	1	8	10
Acima do peso	Examinados	61	0	40	51	81	233
	Alterados	41	0	32	40	68	181
Circunferência Abdominal	Examinados	61	0	40	51	81	233
	Alterados	32	0	22	30	44	128
Circunferência Cervical	Examinados	61	0	40	51	81	233
	Alterados	3	0	0	1	1	5
Gordura Corporal	Examinados	61	0	40	51	80	232
	Alterados	55	0	34	42	78	209
Pressão Alta	Examinados	61	0	40	51	81	233
	Alterados	22	0	1	21	1	45
Freqüência Cardiaca	Examinados	61	0	40	51	81	233
	Alterados	3	0	0	6	7	16
Saturação de O2	Examinados	61	0	40	51	81	233
	Alterados	0	0	0	0	3	3
Força Manual D	Examinados	61	0	41	50	81	233
	Alterados	2	0	3	12	1	18
Força Manual E	Examinados	61	0	41	50	81	233
	Alterados	3	0	4	7	3	17
Acuidade Auditiva	Examinados	61	0	41	50	81	233
	Alterados	0	0	2	1	1	4
Acuidade Visual	Examinados	61	0	41	50	81	233
	Alterados	12	0	12	15	23	62
Visão Estereoscópica	Examinados	61	0	41	50	81	233
	Alterados	0	0	0	0	0	0
Visão Cromática	Examinados	61	0	41	50	81	233
	Alterados	0	0	0	0	0	0
Reação ao Ofuscamento	Examinados	61	0	41	50	81	233
	Alterados	0	0	0	0	0	0
Campimetria	Examinados	61	0	41	50	81	233
	Alterados	0	0	0	0	0	0
Hiperglicemia	Examinados	61	217	0	51	81	410
	Alterados	4	10	0	2	7	23
Hipercolesterolemia	Examinados	61	0	0	51	81	193
	Alterados	1	0	0	5	2	8
Hipertrigliceridemia	Examinados	61	0	0	51	81	193
	Alterados	34	0	0	25	44	103

AÇÃO:4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCC/CGO
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NOE

Resultados: Não há resultados nesta Ação para esta UJ, no exercício de 2010.

AÇÃO:4641 Publicidade de Utilidade Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	AFRÂNIO ANDRADE
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Resultados: Não há resultados nesta Ação para esta UJ, no exercício de 2010.

AÇÃO:86A1 Processamento,Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DMP
Coordenador nacional da ação	Jerry Adriane Dias Rodrigues
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NMP

Resultados: Aquisição de 400 blocos de Auto de Infração, totalizando uma despesa no valor de R$1172,00, para autuação das infrações de trânsito verificadas pelos servidores que atuam na área finalística desta UJ.

AÇÃO:2720 Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COINT
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NUINT

Resultados: Não há resultados nesta Ação para esta UJ, no exercício de 2010.

AÇÃO: 8692- Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FARIA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NUCAP

Resultados: Despesas voltadas com educação de trânsito para usuários das rodovias. Diárias, aquisição de painéis, banners, folders e jogos “trilha cidadã” e de placas de trânsito, totalizando o valor de R$ 10.502,08

Quadro XI – Atividades de Educação para o Trânsito

TEMA	TIPO DE AÇÃO	PÚBLICO	PESSOAS	DATA	DURAÇÃO DO EVENTO	LOCALIDADE	CIDADE	OBSERVAÇÕES
Direção Defensiva	Palestra	Profissional	42	25/01/10	1	Pátio Rio Largo da Construtora OAS	Rio Largo/AL	
Drogas Ilícitas	Palestra	Ensino Fundamental 2	172	16/02/10	1	Colégio José Gonzaga	Maceió/AL	
Prevenção de Acidentes de Trânsito	Exposição	Usuário da Rodovia	341	07/03/10	1	Fundação Bradesco	Maceió/AL	Dia Nacional de Ação Voluntária
Comando de Saúde nas Rodovias	Comando Educativo	Usuário da Rodovia	61	14/04/10	1	Auto Posto Pichilau - BR101, km 75 - Rio Largo/AL	Rio Largo/AL	Atividade em conjunto com o Comando de Saúde nas Rodovias. Foram exibidos vídeos educativos para os condutores que participaram da ação, com temas sobre segurança viária. Vídeos do SEST/SENAT.
Educação para o Trânsito	Palestra	Ensino Médio	141	10/05/10	1	Colégio Imponente	Maceió/AL	Palestra às três turmas do nível médio do colégio, situado às margens da BR104.
Ação Social	Outros	Ensino Fundamental 1	217	15/05/10	1	Bairro	Maceió/AL	Ação social realizada em comunidade carente do Bairro Pinheiro em Maceió/AL atendendo a um convite do Lions Clube Internacional.
Campanha de Combate à Exploração Sexual Crianças	Comando Educativo	Usuário da Rodovia	78	20/05/10	1	Auto Posto Pichilau - BR101, km 75 - Rio Largo/AL	Rio Largo/AL	Comando educativo em parceria com o SEST/SENAT.
Acidentes de Trânsito	Palestra	Usuário da Rodovia	214	21/05/10	1	Triunfo Agroindustrial LTDA - Boca Da Mata/AL	Boca da Mata/AL	SIPAT da Usina Triunfo.
Resolução 277	Exposição	Usuário da Rodovia	64	26/05/10	1	Praça central de Palmeira dos Índios/AL	Palmeira dos Índios/AL	Exposição no centro da cidade.
Resolução 277	Exposição	Usuário da Rodovia	176	28/05/10	1	Makro Atacadista	Maceió/AL	Exposição em supermercado na Capital

Quadro XII – Atividades de Educação para o Trânsito

TEMA	TIPO DE AÇÃO	PÚBLICO	PESSOAS	DATA	DURAÇÃO DO EVENTO	LOCALIDADE	CIDADE	OBSERVAÇÕES
Resolução 277	Exposição	Usuário da Rodovia	437	29/05/10	1	Universal Park	Maceió/AL	Exposição em parque de diversões na capital.
Resolução 277	Exposição	Usuário da Rodovia	629	30/05/10	1	Shopping Pátio Maceió	Maceió/AL	Exposição em shopping center às margens da BR316.
Direção Defensiva	Palestra	Usuário da Rodovia	231	15/06/10	1	Usina Sumaúma - Marechal Deodoro/AL	Pilar/AL	Palestra sobre direção defensiva na manhã do dia 15, com treinamento prático à tarde, no km 112 da BR101.
Comando de Saúde nas Rodovias	Comando Educativo	Usuário da Rodovia	51	30/06/10	1	Auto Posto Pichilau - BR101, km 75 - Rio Largo/AL	Rio Largo/AL	Atividade em conjunto com o 2º Comando de Saúde nas Rodovias. Foram ministradas mini-palestras e exibidos vídeos educativos para os condutores que participaram da ação, com temas sobre segurança viária.
Como Proceder em um Acidente de Trânsito.	Palestra	Usuário da Rodovia	338	01/07/10	1	Usina Santo Antonio	Matriz do Camaragibe	Sipat da Cia Açucareira Santo Antônio.
Segurança no Trânsito - Motocicletas	Exposição	Usuário da Rodovia	1173	05/11/10	3	VI Arapiraca MotoFest	Arapiraca/AL	Encontro de motociclistas.
Condução com Segurança e Prudência nas Estradas	Palestra	Usuário da Rodovia	42	24/11/10	1	Distac Distribuidora	Maceió/AL	Sipat da empresa Distac Distribuidora.
Comando de Saúde nas Rodovias	Comando Educativo	Usuário da Rodovia	81	24/11/10	1	Auto Posto Pichilau - BR101, km 75 - Rio Largo/AL	Rio Largo/AL	Ação em conjunto com o 3º CSR.
Direção Segura e Prevenção de Acidentes.	Palestra	Usuário da Rodovia	247	14/12/10	1	Eletrobrás	Maceió/AL	Sipat da Eletrobrás, distribuidora de energia.
Direção Defensiva	Palestra	Usuário da Rodovia	56	23/12/10	1	RM Telecom	Maceió/AL	Sipat da RM Telecomunicações e Serviços de Engenharia Ltda.
TOTAL DE PÚBLICO ATINGIDO			4791					

AÇÃO: 8703- Atividade Correicional

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.
Descrição	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Corregedoria GeralResultados: Não há resultados nesta Ação para esta UJ, no exercício de 2010.
Coordenador nacional da ação	CIDENOR GUERRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Corregedoria Regional

Resultados: Não há resultados nesta Ação para esta UJ, no exercício de 2010.

Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

Principais Ações do Programa

2000 Administração da Unidade

2003 Ações de Informatica

2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores,Empregados e seus Dependentes

2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Gestão das Ações

Ação 2000 – Administração da Unidade

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SAF

Resultados: a seguir, tabela com a descrição dos resultados da Ação 2000. Em seguida, outras três tabelas com detalhamento dos resultados relacionados às atividades de Corregedoria.

Quadro XIII – Despesas com a Ação 2000

AÇÃO 2000 – DESCRIÇÃO	VALOR
Diárias e passagens Corregedoria	R$ 7.564,86
Diárias e passagens convocações da CGPLAM	R$ 2.596,32
Diárias e passagens convocações da CGRH	R$ 1.747,86
Diárias e passagens Corregedoria	R$ 16.969,92
Diárias Leilões de veículos oficiais	R$ 7.281,23
Diárias Patrulha da Saúde	R$ 5.425,50
Diárias e Passagens Reuniões de Trabalho	R$ 41.458,67
Diárias, água, luz, contratos de terceirização de mão-de-obra, serviços postais, intermediação em programa de estágio da Regional, licenciamento das viaturas da frota, publicações no Diário Oficial da União, aquisição de toners para fotocopiadoras, aquisição de 03 transformadores de 75kVA trifásico, para instalação nos postos PRF de São Sebastião e Palmeira dos Índios, bem como no prédio onde se localiza o almoxarifado desta Regional; aquisição de água mineral; aquisição de garrafões de água mineral, para melhoria na logística; desentupimento de tubulações de esgoto sanitário da sede desta Regional; aquisições de material de expediente, copos descartáveis e pilhas recarregáveis; aquisição e instalação de condicionadores de ar; aquisição de pranchas modulares; realização de dedetização na sede da Regional e em vários postos PRF em Alagoas; aquisição de armários de aço; aquisição de 11 bebedouros e 05 purificadores de água;.	R$ 1.049.641,04
Aquisição de material permanente para utilização no projeto de segurança orgânica da entidade (câmeras, circuito interno de TV, 340m de tela concertina, televisores LCD, no-breaks, cerca elétrica, cabos coaxiais etc).	R$ 52.879,55
TOTAL	**R$ 1.185.564,95**

RELATÓRIO CORREICIONAL 2010

No anexo I, relatório das atividades realizadas pela Corregedoria Regional, e outras informaões relevantes.

Ação 2003 – Ações de Informática

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DITEL/CGPLAM
Coordenador nacional da ação	EDNILSOM BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NUTEL

Resultados: Não há resultados nesta Ação para esta UJ, no exercício de 2010.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores,Empregados e seus Dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	GETÚLIO CÂMARA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SRH

Resultados: Não há resultados nesta Ação para esta UJ, no exercício de 2010.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados: Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n° 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxilio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados: Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

Ação 2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados: Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados: Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

c.1) Outros Programas de Governo

Além dos Programas de Governo acima elencados, esta Unidade Gestora teve acesso a recursos de outros programas, conforme discriminados a seguir:

c.1.1) Programa 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais

Neste programa, por meio da Ação 4017 – Exames Nacionais de Habilidades e Competências, foram pagas diárias referentes ao deslocamento de servidores para escolta de provas do ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, totalizando R$914,34.

c.1.2) Programa 1453 – Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Por intermédio das ações 8855, 20EV e 8857, desenvolvidas neste programa, busca-se primordialmente implementar o projeto UNACI – Unidades de Apoio ao Cidadão, tendo em vista políticas de segurança cidadã. Para esse fim, realizaram-se as seguintes despesas:

Quadro XIV – Despesas com a Ação 1453

DESCRIÇÃO	VALOR
Aquisição de 05 viaturas GM/BLAZER 2.4 FLEXPOWER, 02 MITSUBISHI/PAJERO e de 04 NISSAN/FRONTIER.	R$ 1.111.285,00
Diárias e passagens aéreas para a Operação Sentinela.	R$ 82.404,54
Diárias e passagens aéreas para participação de servidor no Curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime.	R$ 3.360,86
Diárias e passagens referentes ao Projeto Trânsito com Cidadania,	R$ 12.224,26
TOTAL	**R$ 1.209.274,66**

c.1.3) Programa 1463 – Qualidade dos Serviços de Transporte

Neste programa, por meio da Ação 2346 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, foram pagas diárias operacionais a servidores deslocados para execução de atividades ligadas à fiscalização de transportes, no valor de R$20.886,00.

c.1.4) Programa 0089 – Previdência de Ativos e Inativos da União

Por meio da ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis, foram pagos auxílios-funerais pelo falecimento de servidores inativos, totalizando-se despesas na ordem de R$21.088,28.

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	30107	30107

I. Programação Orçamentária das Despesas

1 - Programação de Despesas Correntes

Este demonstrativo não se aplica a esta UJ, somente a UO.

2 - Programação de Despesas de Capital

Este demonstrativo não se aplica a esta UJ, somente a UO.

3 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Este demonstrativo não se aplica a esta UJ, somente a UO.

4 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro XV – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200109	30107/06/122/0750/2000	-	-	R$ 453.289,05
		200109	30101/06/422/1453/20EV	-	-	R$ 86.234,60
		200109	39250/26/125/1463/2346	-	-	R$ 49.260,40
		200109	39250/26/125/1463/2348	-	-	R$ 9.381,00
		200109	30107/06/128/0663/2524	-	-	R$ 141.386,09
		200109	30107/06/181/0663/2723	-	-	R$ 509.954,21
		200109	30107/06/183/0663/2816	-	-	R$ 34.572,31
		200109	26290/12/362/1449/4017	-	-	R$ 6.177,78
		200109	30107/06/181/0663/4290	-	-	R$ 17.306,84
		200109	30107/06/181/1386/8623	-	-	R$ 243,90
		200109	30107/06/452/0663/8692	-	-	R$ 6.832,72
		200109	30107/06/181/1386/8698	-	-	R$ 36.123,18
		200109	30101/06/181/1453/8855	-	-	R$ 4.636,21
		200109	30101/06/422/1453/8857	-	-	R$ 27.225,07
		200113	30107/06/122/0750/2000	-	-	R$ 4.610,77
	Recebidos	200109	30107/09/272/0089/0181	R$ 21.088,28	-	-
		200109	30107/06/122/0750/2000	-	-	R$ 1.561.307,63
		200109	30101/06/422/1453/20EV	-	-	R$ 168.639,14
		200109	39250/26/125/1463/2346	-	-	R$ 54.890,56
		200109	39250/26/125/1463/2348	-	-	R$ 18.762,00
		200109	30107/06/128/0663/2524	-	-	R$ 219.069,69
		200109	30107/06/181/0663/2723	-	-	R$ 1.308.245,71
		200109	30107/06/183/0663/2816	-	-	R$ 63.427,25
		200109	30107/06/181/0663/2B11	-	-	R$ 720,00
		200109	26290/12/362/1449/4017	-	-	R$ 7.092,12
		200109	30107/06/181/0663/4290	-	-	R$ 22.958,36
		200109	30107/06/181/1386/8623	-	-	R$ 10.936,95
		200109	30107/06/452/0663/8692	-	-	R$ 17.334,80
		200109	30107/06/181/1386/8698	-	-	R$ 322.527,71
		200109	30107/06/181/0663/86A1	-	-	R$ 1.172,00
		200109	30101/06/181/1453/8855	-	-	R$ 7.997,07
		200109	30101/06/422/1453/8857	-	-	R$ 30.187,58
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	200109	30107/06/122/0750/2000	R$ 34.772,43	-	-
		200109	30101/06/422/1453/20EV	R$ 177.600,00	-	-
		200109	30107/06/181/1386/8623	R$ 10.815,09	-	-
		200109	30107/06/181/1386/8698	R$ 84.334,60	-	-
		200109	30101/06/422/1453/8857	R$ 5.596,00	-	-
	Recebidos	200109	30107/06/122/0750/2000	R$ 116.929,57	-	-
		200109	30101/06/422/1453/20EV	R$ 799.885,00	-	-
		200109	30107/06/183/0663/2816	R$ 6.489,50	-	-
		200109	30107/06/181/0663/4290	R$ 27.153,85	-	-
		200109	30107/06/181/1386/8623	R$ 10.815,09	-	-
		200109	30107/06/181/1386/8698	R$ 132.332,15	-	-
		200109	30101/06/181/1453/8855	R$ 489.000,00	-	-
		200109	30101/06/422/1453/8857	R$ 14.857,75	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200109	30107/06/122/0750/2000	-	-	R$ 453.289,05
		200109	30101/06/422/1453/20EV	-	-	R$ 86.234,60
		200109	39250/26/125/1463/2346	-	-	R$ 49.260,40
		200109	39250/26/125/1463/2348	-	-	R$ 9.381,00
		200109	30107/06/128/0663/2524	-	-	R$ 141.386,09
		200109	30107/06/181/0663/2723	-	-	R$ 509.954,21
		200109	30107/06/183/0663/2816	-	-	R$ 34.572,31
		200109	26290/12/362/1449/4017	-	-	R$ 6.177,78
		200109	30107/06/181/0663/4290	-	-	R$ 17.306,84
		200109	30107/06/181/1386/8623	-	-	R$ 243,90
		200109	30107/06/452/0663/8692	-	-	R$ 6.832,72
		200109	30107/06/181/1386/8698	-	-	R$ 36.123,18
		200109	30101/06/181/1453/8855	-	-	R$ 4.636,21
		200109	30101/06/422/1453/8857	-	-	R$ 27.225,07
		200113	30107/06/122/0750/2000	-	-	R$ 4.610,77
	Recebidos	200109	30107/09/272/0089/0181	R$ 21.088,28	-	-
		200109	30107/06/122/0750/2000	-	-	R$ 1.561.307,63
		200109	30101/06/422/1453/20EV	-	-	R$ 168.639,14
		200109	39250/26/125/1463/2346	-	-	R$ 54.890,56
		200109	39250/26/125/1463/2348	-	-	R$ 18.762,00
		200109	30107/06/128/0663/2524	-	-	R$ 219.069,69
		200109	30107/06/181/0663/2723	-	-	R$ 1.308.245,71
		200109	30107/06/183/0663/2816	-	-	R$ 63.427,25
		200109	30107/06/181/0663/2B11	-	-	R$ 720,00
		200109	26290/12/362/1449/4017	-	-	R$ 7.092,12
		200109	30107/06/181/0663/4290	-	-	R$ 22.958,36
		200109	30107/06/181/1386/8623	-	-	R$ 10.936,95
		200109	30107/06/452/0663/8692	-	-	R$ 17.334,80
		200109	30107/06/181/1386/8698	-	-	R$ 322.527,71
		200109	30107/06/181/0663/86A1	-	-	R$ 1.172,00
		200109	30101/06/181/1453/8855	-	-	R$ 7.997,07
		200109	30101/06/422/1453/8857	-	-	R$ 30.187,58
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	200109	30107/06/122/0750/2000	R$ 34.772,43	-	-
		200109	30101/06/422/1453/20EV	R$ 177.600,00	-	-
		200109	30107/06/181/1386/8623	R$ 10.815,09	-	-
		200109	30107/06/181/1386/8698	R$ 84.334,60	-	-
		200109	30101/06/422/1453/8857	R$ 5.596,00	-	-
	Recebidos	200109	30107/06/122/0750/2000	R$ 116.929,57	-	-
		200109	30101/06/422/1453/20EV	R$ 799.885,00	-	-
		200109	30107/06/183/0663/2816	R$ 6.489,50	-	-
		200109	30107/06/181/0663/4290	R$ 27.153,85	-	-
		200109	30107/06/181/1386/8623	R$ 10.815,09	-	-
		200109	30107/06/181/1386/8698	R$ 132.332,15	-	-
		200109	30101/06/181/1453/8855	R$ 489.000,00	-	-
		200109	30101/06/422/1453/8857	R$ 14.857,75	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Análise Crítica

Durante o ano, recebemos crédito orçamentário para atendimento às várias despesas desta Regional, o que se apresenta na tabela apresentada por Grupo de Despesa e Classificação da Ação.

Nem sempre o crédito recebido é utilizado em sua totalidade, gerando sobras que são devolvidas ao DPRF. A estas devoluções, preferimos classificá-las como "créditos concedidos" ao DPRF, de forma que a maioria dos créditos concedidos apresentados acima, representam tão somente devoluções de créditos resultantes de despesas realizadas a menor do previsto. Exceção ao ora exposto, são os créditos concedidos à UG 200113, 11ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/PE, que se tratam de valores destinados ao pagamento de diárias por aquela Unidade Gestora, dentro dos mecanismos de controle da Corregedoria Regional, por se tratarem de diárias para esse fim.

O impacto da realização dessas programações para esta Administração é total, face não termos créditos originários, apenas os recebidos por movimentação.

II. Execução Orçamentária das Despesas

1 - Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

Este demonstrativo não se aplica a esta UJ.

2 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

a) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XVI – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	**R$ 1.354.348,78**	**R$ 1.955.261,21**	**R$ 1.354.348,78**	**R$ 1.955.261,21**
Convite	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Tomada de Preços	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Concorrência	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Pregão	R$ 1.354.348,78	R$ 1.955.261,21	**R$ 1.354.348,78**	**R$ 1.955.261,21**
Concurso	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Consulta	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Contratações Diretas	**R$ 296.772,83**	**R$ 402.790,74**	**R$ 296.772,83**	**R$ 402.790,74**
Dispensa	R$ 81.946,96	R$ 229.454,30	R$ 81.946,96	R$ 228.801,31
Inexigibilidade	R$ 214.825,87	R$ 173.336,44	R$ 214.825,87	R$ 173.336,44
Regime de Execução Especial	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
Suprimento de Fundos	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Pagamento de Pessoal	**R$ 564.156,62**	**R$ 541.565,80**	**R$ 564.156,62**	**R$ 541.565,80**
Pagamento em Folha	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Diárias	R$ 564.156,62	R$ 541.565,80	R$ 564.156,62	R$ 541.565,80
Outros	**R$ 30.035,29**	**R$ 6.121,39**	**R$ 30.035,29**	**R$ 6.121,39**

b) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XVII – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal	R$ 28.595,29	R$ 0,00	R$ 28.595,29	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 28.595,29	R$ 0,00
08 – Outros Benefícios Assistenciais	R$ 28.595,29	R$ 0,00	R$ 28.595,29	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 28.595,29	R$ 0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
3 – Outras Despesas Correntes	R$ 2.559.973,99	R$ 2.428.034,44	R$ 2.188.162,23	R$ 2.360.861,37	R$ 371.811,76	R$ 67.173,07	R$ 2.189.614,58	R$ 2.360.861,37
39 – Outros Serviços de Terceiros PJ	R$ 603.717,04	R$ 514.283,37	R$ 491.043,05	R$ 492.865,76	R$ 112.673,99	R$ 21.417,61	R$ 491.043,05	R$ 492.865,76
37 – Locação de Mão-de-Obra	R$ 660.532,65	R$ 786.195,51	R$ 524.436,07	R$ 781.191,88	R$ 136.096,58	R$ 5.003,63	R$ 524.436,07	R$ 781.191,88
30 – Material de Consumo	R$ 652.702,03	R$ 497.871,94	R$ 532.206,69	R$ 465.032,66	R$ 120.495,34	R$ 32.839,28	R$ 532.206,69	R$ 465.032,66
Demais elementos do grupo	R$ 643.022,27	R$ 629.683,62	R$ 640.476,42	R$ 621.771,07	R$ 2.545,85	R$ 7.912,55	R$ 641.928,77	R$ 621.771,07

c) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XVIII – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	R$ 1.100.082,35	R$ 1.284.344,79	R$ 27.188,00	R$ 538.473,77	R$ 1.072.894,35	R$ 745.871,02	R$ 27.188,00	R$ 538.473,77
51 – Obras e Instalações	R$ 1.020.956,35	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.020.956,35	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
52 – Equipamento e Material Permanente	R$ 79.126,00	R$ 1.284.344,79	R$ 27.188,00	R$ 538.473,77	R$ 51.938,00	R$ 745.871,02	R$ 27.188,00	R$ 538.473,77
5 – Inversões Financeiras	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
6 – Amortização da Dívida	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Alterações significativas ocorridas no exercício: durante o ano de 2010, esta Regional não mais teve servidores deslocados para a Operação Gralha Azul, que impactou as despesas com diárias e passagens aéreas durante o ano de 2009. A Operação Gralha Azul desloca servidores de vários Estados, mediante pagamento de diárias e passagens aéreas, para o Estado do Paraná, devido a recente entrega de mais de 3000 quilômetros de rodovia para a responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal naquele Estado. Assim, reduziram-se as despesas com diárias e passagens na comparação dos exercícios de 2009 e 2010.

Contingenciamento no exercício: houve contingenciamento de créditos orçamentários, com algum impacto sobre os contratos continuados, o que ensejou em reconhecimento de dívida no presente exercício de 2011. Estes reconhecimentos de dívida certamente impactam o orçamento de 2011.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária: o efetivo de servidores efetivos desta Regional como um todo encontra-se deficitário, o que já afeta os quadros que se encontram incubidos das atividades administrativas. Entretanto, a manutenção do convênio com a CIEE – Centro de Integração Empresa Escola, desde meados de 2009, tem atenuado o problema de baixo efetivo no tocante às atividades administrativas.

Ademais, durante o ano, a liberação de recursos orçamentários e financeiros durante o ano de 2010 apresentou reveses com uma certa frequência, por vezes causando atrasos de pagamento aos nossos credores.

2.4.3. Indicadores Institucionais

A violência constitui-se em um problema cujo grau de complexidade é consideravelmente alto. De fato, inúmeros fatores estão relacionados diretamente com a escalada desse fenômeno, a maioria dos quais foge à atribuições das polícias. As rodovias federais não estão distantes dessa realidade. Os números relativos às vítimas dos acidentes de trânsito, bem como os crimes praticados nessas vias ratificam essa situação.

No que pertine especificamente aos acidentes de trânsito, a diversidade de fatores relacionada ao problema exprime o alto grau de complexidade do fenômeno. Dentre esses fatores determinantes, podemos citar: o comportamento dos usuários, as condições da via (pavimento, sinalização, geometria da via), o clima, o aumento da frota de veículos, o aumento do número de condutores recém-formados, o grau de experiência dos condutores em relação à prática de direção em rodovias, o expressivo aumento da frota de motocicletas, a situação econômica do país, a opção política pelo transporte rodoviário de cargas, a carência de efetivo do órgão fiscalizador, dentre outros.

Com relação aos crimes praticados no âmbito das rodovias federais, a amplitude de sua complexidade, bem como as dificuldades para o seu enfrentamento, resguardadas as devidas proporções, não diferem da realidade verificada nos centros urbanos.

Nesse contexto de complexidade tão abrangente, a definição de indicadores que expressem as múltiplas variáveis correlacionadas com tais fenômenos não consiste tarefa de fácil realização.

Os Indicadores Institucionais desenvolvidos pela 13a SRPRF/AL foram normatizados através da Portaria no 30 - DG/DPRF/MJ, de 03 de junho de 2009, que "Estabelece os Indicadores de Desempenho para as Unidades Regionais e nova metodologia de Avaliação de Desempenho Individual do efetivo operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal."
A seguir passaremos a apresentar cada um dos indicadores acima discriminados:

1. Percepção de Segurança
1.1 Apresentação do indicador

O Indicador Percepção de Segurança, de acordo com a citada norma, será aferido por pesquisa quantitativa com usuários das rodovias federais, estratificada por critérios de gênero, faixa etária e tipo de veículo.

Esta previsto para o mês de Abril deste ano, treinamento para os Policiais que realizarão a Pesquisa, a ser ministrada na cidade de Salvador/Ba, sob a coordenação do DPRF/MJ.

De acordo com a Portaria acima referida, no § 3o do Artigo 2, os chefes de Delegacia realizam mensalmente pesquisa por amostragem (via telefone), junto ao universo de usuários fiscalizados, de modo a colher contribuição dessa atividade de fiscalização para o Indicador Percepção de Segurança, levando em consideração aspectos observados pelos usuários quanto à urbanidade na abordagem, apresentação individual do servidor, clareza e firmeza na orientação. Porém, a citada norma não define de que forma será essa contribuição.

2. Taxa de Variação de Acidentes
2.1 Apresentação do indicador

O indicador Taxa de Variação de Acidentes será aferido pelo número de acidentes registrados na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional, conforme dispõe a Portaria no 30/2009 – DG, no § 2o Artigo 1o.

Destacamos a importância do indicador considerar a variação do número de acidentes em relação à variação da frota nacional de veículos, considerando que o aumento da quantidade de veículos em circulação e o consequente acréscimo na quantidade de condutores recém-formados potencializa de forma exponencial o risco da ocorrência de acidentes de trânsito.

2.2 Fórmula de cálculo do indicador

A fórmula utilizada para cálculo do Indicador Taxa de Variação de Acidentes é a seguinte:

Taxa de Variação de Acidentes = (Número de Acidentes X 1.000.000) / Frota nacional de veículos

2.3 Meta relativa ao indicador para o exercício de 2010

Para o exercício de 2010, a meta definida pela Portaria no 30/2009 – DG para o indicador ora apresentado foi de **31,20** acidentes por milhão de veículos da frota nacional.

Considerando aspectos relativos à sazonalidade e às peculiaridades dos diversos segmentos das rodovias federais, a meta do exercício foi desdobrada por mês e por Delegacia, visando proporcionar condições para possíveis correções pontuais ao longo do exercício. O resultado obtido foi de **34,91** acidentes por milhão de veículos da frota nacional, o que representa o atingimento de **89,37 %** da meta para a Regional.

2.4 Utilidade do indicador

O indicador Taxa de Variação de Acidentes está intimamente ligado à missão da Insituição Polícia Rodoviária Federal. A partir do resultado registrado, o gestor pode verificar, de imediato, se a meta definida está ou não sendo alcançada. Dessa forma, o dirigente, a partir do emprego de outros instrumentos disponíveis, a exemplo do sistema de registro dos acidentes (BR-BRASIL) e do Sistema de Informações Gerenciais (SIGER), poderá aprofundar a análise, diagnosticar a situação e definir a linha de ação mais adequada para reversão de um possível quadro desfavorável.

Na prática, mensalmente, os dados que compõem o indicador são consolidados e analisados por Delegacia. Em seguida, com base nos gráficos de dispersão produzidos e à luz da estratégia implementada faz-se o devido estudo a fim de identificar os pontos fortes e fracos do planejamento.

É importante destacar que, para subsidiar o planejamento do mês subsequente, a Delegacia dispõe antecipadamente do gráfico de dispersão de acidentes relativo ao mesmo mês do exercício anterior.

2.5 Mensurabilidade do indicador

O alto índice de acidentes de trânsito, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tem gerado vultuosa deseconomia ao nosso País, constituindo-se em um dos grande problemas da sociedade moderna. De forma bastante simples, o indicador Taxa de Variação de Acidentes permite ao gestor acompanhar a "evolução" desse quadro, bem como avaliar, rápida e objetivamente, os resultados registrados em determinado período.

Com relação à auditabilidade, o indicador não oferece dificuldades, pois sua fórmula emprega apenas duas informações facilmente acessíveis, a saber: o total de acidentes no período a ser avaliado e a frota nacional de veículos. O primeiro dado é obtido através dos sistemas disponibilizados pelo DPRF/MJ (ROD ON LINE e BR-BRASIL), enquanto o segundo é fornecido pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), através do endereço eletrônico www.denatran.gov.br.

No que tange aos custos decorrentes do processo de produção do indicador, não há como quantificá-los em razão da impossibilidade de dissociá-los dos custos decorrentes das atividades operacionais do órgão. Podemos afirmar, porém, que os referidos dispêndios são mínimos e, portanto, adequados e compatíveis à utilidade do indicador em comento.

3. Taxa de Mortalidade

3.1 Apresentação do indicador

O indicador Taxa de Mortalidade será aferido pelo número de mortes registradas na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional, conforme dispõe a Portaria no 30/2009 – DG, no § 3o Artigo 1o.

Registramos, a exemplo do que fizemos por ocasião da apresentação do Indicador Taxa de Variação de Acidentes, a importância do indicador considerar a variação do número de mortes em relação à variação da frota nacional de veículos.

3.2 Fórmula de cálculo do indicador

A fórmula utilizada para cálculo do Indicador Taxa de Variação de Acidentes é a seguinte:

Taxa de Mortalidade = (Número de Mortes X 1.000.000) / Frota nacional de veículos

3.3 Meta relativa ao indicador para o exercício de 2010

Para o exercício de 2010, a meta definida pela Instrução de Serviço 01/2010 CGO/DPRF para o indicador ora apresentado foi de **2,117** mortes por milhão de veículos da frota nacional.

Seguindo a metodologia aplicada ao indicador Taxa de Variação de Acidentes, conforme explicitamos anteriormente, a meta relativa ao exercício foi desdobrada por mês e por Delegacia. O resultado obtido foi de **2,359** mortes por milhão de veículos da frota nacional, o que representa o atingimento de **89,76 %** da meta para a Regional.

3.4 Utilidade do indicador

O indicador Taxa de Mortalidade está diretamente relacionado à missão da Polícia Rodoviária Federal. Além disso, partindo do resultado registrado, o gestor pode verificar, de imediato, se a meta definida está ou não sendo alcançada.

Assim, à luz do indicador e através do emprego dos sistemas disponibilizados pelo DPRF/MJ, o gestor tem condições de produzir informações para subsidiar a definição de uma estratégia mais adequada, caso haja necessidade de modificá-la.

As informações obtidas nesses sistemas, após serem devidamente trabalhadas, apontam, por exemplo, para os trechos mais críticos em relação aos acidentes com mortes, para os tipos de acidentes que geram mortes, para os tipos de veículos envolvidos em acidentes com mortes, indicam se houve ingestão de álcool por parte dos condutores, dentre outras informações relevantes para a tomada de decisão relativa à estratégia de enfrentamento do problema.

3.5 Mensurabilidade do indicador

A deseconomia gerada pelos acidentes de trânsito manifesta sua face mais cruel no alto índice de mortes, decorrente do atual cenário produzido pelo trânsito. Esse quadro agrava-se ainda mais quando acrescentamos o prejuízo emocional a que ficam submetidas as famílias das vítimas. O indicador Taxa de Mortalidade mensura de forma simples a "evolução" desse quadro, permitindo ao gestor verificar, rápida e objetivamente, os resultados registrados no decorrer do período a ser avaliado.

Os referidos resultados são auditáveis, pois a fórmula do indicador emprega apenas duas informações facilmente acessíveis, a saber: o total de mortes no período a ser avaliado e a frota nacional de veículos. O primeiro dado é obtido através dos sistemas disponibilizados pelo DPRF/MJ (ROD ON LINE e BR-BRASIL), enquanto o segundo é fornecido pelo DENATRAN, conforme dispusemos anteriormente.

Com relação aos custos decorrentes do processo de produção, o comentário registrado para o indicador Taxa de Variação de Acidentes também se aplica ao indicador ora analisado.

4. Procedimentos de Fiscalização

4.1 Apresentação do indicador

O indicador Procedimentos de Fiscalização será aferido pela quantidade de veículos

fiscalizados, quantidade de pessoas fiscalizadas e testes de alcoolemia aplicados aos condutores de veículos, conforme dispõe a Portaria no 30/2009 – DG, no § 4o Artigo 1o.

Os procedimentos de fiscalização devem ser registrados diariamente em planilhas específicas, conforme modelos definidos através da Portaria acima referida. As equipes em serviço serão responsáveis pela realização desses registros, cabendo ao Chefe da Delegacia o acompanhamento da tarefa.

4.2 Fórmula de cálculo do indicador

O indicador Procedimentos de Fiscalização corresponde à soma das quantidades de veículos fiscalizados, pessoas fiscalizadas e testes de alcoolemia aplicados, ou seja:

Procedimentos de fiscalização = fiscalizações realizadas (veículos + pessoas) + testes alcoolemia realizados

4.3 Meta relativa ao indicador para o exercício de 2010.

Para o exercício de 2010, a meta definida pela Portaria no 30/2009 – DG para o indicador ora apresentado foi de **152.880** procedimentos de fiscalização.

A meta da Regional foi distribuída proporcionalmente para as Delegacias, adotando-se como parâmetro o efetivo operacional disponível em cada uma das descentralizadas; estas ficaram com a responsabilidade de distribuir a meta entre os postos sob sua circunscrição, dando ênfase a realização de testes de alcoolemia, através do aparelhos de etilômetro disponibilizados para todas as Delegacias e Postos da Regional. O resultado obtido foi de **173.612** procedimentos de fiscalização realizados, o que representa o atingimento de **113,56 %** da meta para a Regional.

4.4 Utilidade do indicador

O indicador Procedimentos de Fiscalização é utilizado notadamente para aferir a ação principal da Polícia Rodoviária Federal realizada com a finalidade de reduzir o índice de acidentes e suas conseqüências, bem como prevenir ações criminosas.

Ademais, com base na análise dos resultados registrados nos outros três indicadores, o gestor tem condições de verificar, por exemplo: se há necessidade de intensificar determinado tipo de procedimento; se o procedimento está sendo realizado de forma eficiente; se está produzindo os efeitos desejados, dentre outros aspectos.

Outro ponto relevante nesse contexto é que há relação direta entre as ações de fiscalização e a sensação de segurança, ou seja, a intensificação dessas ações refletem positivamente no aspecto sensação de segurança.

4.5 Mensurabilidade do indicador

A fiscalização, conforme dispusemos anteriormente, é a principal ação da instituição Polícia Rodoviária Federal, considerando o aspecto preventivo de sua missão. O indicador Procedimentos de Fiscalização responde satisfatoriamente à necessidade de quantificar, de forma simples e objetiva, o grau de sua realização.

A seguir, os Indicadores Institucionais, referindo-se tão somente ao segundo semestre

de 2010, relativamente à fiscalização de alcoolemia, tendo em vista a época de lançamento da supracitada portaria:

Quadro XIX – Fiscalização de Alcoolemia

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES 13ªSUPERINTENDÊNCIA REGIONAL/ALAGOAS SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO								
TOTAL 2010								
DELEGACIA	VEÍCULOS FISCALIZADOS	PESSOAS FISCALIZADAS	FISCALIZAÇÃO DE ALCOOLEMIA			META	REALIZADO	%
			TOTAL DE TESTES	AUTUAÇÕES	PRISÕES			
1ª Delegacia	29.604	5.390	21.728	328	112	55.467	56.722	102,26%
2ª Delegacia	32.411	4.698	24.206	173	56	58.467	61.315	104,87%
3ª Delegacia	24.328	1.583	20.254	217	88	38.312	46.165	120,50%
SPF	1.419	296	1.085	47	20	-	2.800	1,66%
NOE	766	929	91	4	1	-	1.786	1,06%
TOTAL	88.528	12.896	67.364	769	277	152.246	168.788	110,87%

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve qualquer movimento ou saldo diferente de zero, durante o exercício de 2010, nas contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI.

4. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro XX – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2008	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	R$ 1.445.666,61	R$ 86.462,94	R$ 1.108.323,79	R$ 250.879,88
2008	R$ 20.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 20.000,00
Observações: não há pagamentos de RP no ano de 2010, processados ou não processados, cuja inscrição tenha ocorrido até 2007.				

4.1. Análise Crítica

A maioria dos Restos a Pagar de exercícios anteriores ao de competência do relatório de gestão decorre de empenhos emitidos já no mês de dezembro de 2009. Comumente, há uma significativa liberação de recursos para atendimento às nossas demandas, no final dos exercícios financeiros. Ao fim do ano de 2009, numa comparação das inscrições em RP de Notas de Empenho de dezembro em relação ao restante do ano, temos os seguintes resultados:

Quadro XXI – Comparativo de RP dezembro/2009

INSCRIÇÕES EM RP – NE DE 2009	VLR. INSCRITO	PERCENTUAL
NOTAS DE EMPENHO ATÉ NOVEMBRO	R$ 257.530,94	17,81%
NOTAS DE EMPENHO DE DEZEMBRO	R$ 1.188.135,67	82,19%
TOTAL	**R$ 1.445.666,61**	**100,00%**

Em relação aos valores inscritos até novembro, temos predominância de contratos continuados, onde muitas contratadas ainda não emitiram nota fiscal/fatura referente ao mês de dezembro. Quantos aos empenhos inscritos referentes a dezembro, além de aquisições de materiais, tivemos inscritos R$999.897,74 referentes a reformas em imóveis desta Regional, conforme tabela a seguir:

Quadro XXII – Restos a Pagar dezembro/2009 referentes a reformas

NOTA DE EMPENHO	FAVORECIDO	VLR. INSCRITO
2009NE900469	IMPERMANTA - ENGENHARIA E GEOLOGIA LTDA	R$ 331.762,46
2009NE900470	R M K F CONSTRUCOES E PROJETOS LTDA	R$ 668.085,29
	TOTAL	**R$ 999.847,75**

O Núcleo de Patrimônio e Material desta Regional, estando a par das Notas de Empenho emitidas para aquisição de materiais, efetiva contato com as favorecidas, acompanhando os prazos a serem respeitados para entrega dos produtos.

O valor de R$20.000,00, refere-se a reforma predial do posto PRF de Palmeira dos Índios. Nota de Empenho foi emitida com este valor, no dia 31 de dezembro de 2008. Ocorre que a contratada não conseguiu concluir a obra, além de apresentar certidões vencidas e uma multa aplicada por esta Regional, por descumprimento contratual. Após consulta ao Núcleo de Assessoramento Jurídico da AGU, definiu-se recentemente, mediante adequada fundamentação, que podemos realizar o pagamento, considerando que a contratada permanece com algumas certidões vencidas, sendo que este pagamento se dará proporcionalmente ao que foi executado, descontando-se tributos, contribuições e a multa aplicada por esta Regional.

5. Recursos Humanos da Unidade

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro XXIII – Composição do Quadro de Recursos Humanos – Ingressos e Egressos

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1. Provimento de cargo efetivo	**170**	**170**	**1**	**4**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira				
1.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	168	168	1	4
1.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1. Cedidos	1	1	-	-
1.4.2. Removidos	-	-	-	-
1.4.3. Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4. Licença não remunerada	1	1	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	**1**	**1**	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
2.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3. Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4. Servidor sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5. Servidor aposentado	1	1	-	-
2.3. Funções Gratificadas				
2.3.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	22	22	-	-
2.3.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3. Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total	**171**	**171**	**1**	**4**

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Quadro XXIV – Composição do Quadro de Recursos Humanos – Faixa Etária

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	**De 31 a 40**	**De 41 a 50**	**De 51 a 60**	**Acima de 60**
1.Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	17	84	43	22	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-
2.Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	1	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	8	9	5	-

Quadro XXV – Composição do Quadro de Recursos Humanos – Escolaridade

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de escolaridade								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1.Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	1	81	80	6		-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	2	-	-	-
2.Provimento de cargo em comissão								-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	1	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	7	13	2	-	-
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado; 10 – Não classificada.									

5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro XXVI – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1. Integral	**107**	**2**
1.1. Voluntária	100	1
1.2. Compulsória	2	-
1.3. Invalidez Permanente	5	1
1.4. Outras		-
2. Proporcional	**3**	-
2.1. Voluntária	3	-
2.2. Compulsória		-
3.3. Invalidez Permanente		-
4.4. Outras		-

Quadro XXVII – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativos de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	**48**	**3**
2. Proporcional	**-**	**-**

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XXVIII – Composição do Quadro de Estagiários

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
Área fim					
Área meio	3	3	3	3	R$ 17.562,00
Nível médio					
Área fim					
Área meio	17	17	16	16	R$ 61.513,55

5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos

Quadro XXIX – Custos de Recursos Humanos

QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 e 2010.

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	Total
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	R$ 13.884.528,39	-	R$ 1.250.195,62	R$ 397.280,50	-	R$ 161.405,80	R$ 1.022.297,11	R$ 16.715.707,42
2009	R$ 15.507.852,16	-	R$ 1.361.281,03	R$ 438.107,20	-	R$ 173.094,94	R$ 986.542,32	R$ 18.466.877,65
2010	R$ 16.999.460,19	-	R$ 1.474.866,35	R$ 495.174,15	-	R$ 369.572,10	R$ 904.661,37	R$ 20.243.734,16
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	0
2009	-	-	-	-	-	-	-	0
2010	-	-	-	-	-	-	-	0
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	R$ 79.652,68	-	R$ 7.578,31	R$ 2.526,10	-	-	R$ 1.512,00	R$ 91.269,09
2009	R$ 88.585,94	-	R$ 8.414,15	R$ 2.804,71	-	-	R$ 1.512,00	R$ 101.316,80
2010	R$ 106.196,44	-	R$ 9.376,29	R$ 3.125,43	-	-	R$ 4.782,99	R$ 123.481,15
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	0
2009	-	-	-	-	-	-	-	0
2010	-	-	-	-	-	-	-	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	-	R$ 46.404,90	R$ 4.042,06	R$ 1.347,35	-	-	R$ 1.512,00	R$ 53.306,31
2009	-	R$ 48.504,72	R$ 4.042,06	R$ 1.347,35	-	-	R$ 1.512,00	R$ 55.406,13
2010	-	R$ 48.504,72	R$ 4.042,06	R$ 1.347,35	-	-	R$ 3.648,00	R$ 57.542,13
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	-	R$ 76.249,38	-	-	-	-	-	R$ 76.249,38
2009	-	R$ 75.389,47	-	-	-	-	-	R$ 75.389,47
2010	-	R$ 73.775,66	-	-	-	-	-	R$ 73.775,66

5.5. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Quadro XXX – Contratos de Prestação de Serviços de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal														
UG/GESTÃO: 200129/00001													**CNPJ: 00.394.494/0124-95**	
Informações sobre os Contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Nat.**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2007	L	O	06/2007	01.182.827/0001-26	01/06/07	01/06/11	15	15	---	---	---	---	A
2010	V	O	11/2010	05.072.256/0001-28	19/06/10	19/06/11	---	---	16	16	---	---	A

Observação:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro XXXI – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal														
UG/GESTÃO: 200129/00001							**CNPJ: 00.394.494/0124-95**							
Informações sobre os Contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Nat.**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2008	1	0	08/2008	41.250.358/0001-50	04/08/08	03/08/11	---	---	6	6	---	---	A
2008	1	0	10/2008	05.777.507/0001-70	09/10/08	08/10/11	---	---	4	4	---	---	A

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;

4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro XXXII – Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
08/2008	1	2	Sede 13ª SRPRF AL
08/2008	1	1	Delegacia de Atalaia AL
08/2008	1	1	Delegacia de Palmeira dos Indios AL
08/2008	1	1	Delegacia de Maceió AL
08/2008	1	1	Almoxarifado
11/2008	1	2	Sede 13ª SRPRF AL
11/2008	1	2	CIOP AL

Área:
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Esta UJ não apresenta indicadores gerenciais desenvolvidos para Recursos Humanos. No entanto, há previsão de desenvolvimento desse tema, sob a Coordenação da Coordenação Geral de Recursos Humanos/DPRF.

6. Transferências Efetuadas no Exercício

6.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2010

Quadro XXXIII – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: 13ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal AL									
CNPJ: 00.394.494/0124-95					**UG/Gestão: 200129/00001**				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Valores Pactuados**		**Valores Repassados**		Vigência		**Sit.**
			Global	**Contrapartida**	**No exercício**	**Acumulado até exercício**	**Início**	**Fim**	
1	01/2009	61.600.839/0001-55	R$ 5.760,00	R$ -	R$ 3.240,00	R$ 4.680,00	10/08/09	10/08/10	4
1	01/2010	61.600.839/0001-55	R$ 4.320,00	R$ -	R$ -	R$ -	x	x	x
1	02/2010	61.600.839/0001-55	R$ 5.760,00	R$ -	R$ 1.752,00	R$ 1.752,00	10/08/10	10/08/11	1

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Parceira
4 - Termo de Cooperação
5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

6.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro XXXIV – Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados

RESUMO DE INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: 13ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal AL						
CNPJ: 00.394.494/0124-95				UG/Gestão: 200129/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (valores em R$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	---	1	2	R$ -	R$ 1.440,00	R$ 4.992,00
Contrato de Repasse	---	0	0	R$ -	R$ -	R$ -
Termo de Parceria	---	0	0	R$ -	R$ -	R$ -
Termo de Cooperação	---	0	0	R$ -	R$ -	R$ -
Termo de Compromisso	---	0	0	R$ -	R$ -	R$ -
Totais	---	1	2	R$ -	R$ 1.440,00	R$ 4.992,00

6.3. Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes

Quadro XXXV – Instrumentos de Transferência que Viger]ao em 2011 e Exercícios Seguintes

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTES

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: 13ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal AL					
CNPJ: 00.394.494/0124-95			UG/Gestão: 200129/00001		
Modalidade	Qtd de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R$ 1,00)			% do valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	1	R$ 5.760,00	R$ 1.752,00	R$ 4.008,00	30,42%
Contrato de Repasse	0	R$ -	R$ -	R$ -	0
Termo de Parceria	0	R$ -	R$ -	R$ -	0
Termo de Cooperação	0	R$ -	R$ -	R$ -	0
Termo de Compromisso	0	R$ -	R$ -	R$ -	0
Totais	1	R$ 5.760,00	R$ 1.752,00	R$ 4.008,00	30,42%

6.4. Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro XXXVI – Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas pela UJ

RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente					
Nome: 13ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal AL					
CNPJ: 00.394.494/0124-95			UG/Gestão: 200129/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênio	Contrato de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		R$ 840,00	0
		Montante Repassado		R$ 4.992,00	0
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	R$ -	0
			Montante Repassado (R$)	R$ -	0
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	R$ -	0
			Montante Repassado (R$)	R$ -	0
2009	Contas Prestadas		Quantidade	R$ 1.440,00	0
			Montante Repassado (R$)	R$ 1.440,00	0
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	R$ -	0
			Montante Repassado (R$)	R$ -	0
2008	Contas Prestadas		Quantidade	R$ -	0
			Montante Repassado (R$)	R$ -	0
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	R$ -	0
			Montante Repassado (R$)	R$ -	0
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade	R$ -	0
			Montante Repassado (R$)	R$ -	0

6.5. Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro XXXVII – Visão Geral da Análise das Prestações de contas de Convênios

VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente					
Nome: 13ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal AL					
CNPJ: 00.394.494/0124-95			**UG/Gestão: 200129/00001**		
Exercício da prestação de contas	**Quantitativos e montante repassados**			**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênio	**Contrato de Repasse**
2010	Quantidade de contas prestadas			R$ 4.992,00	
	Com prazo de análise ainda **não vencido**	Quantidade		R$ 4.992,00	
		Montante repassado (R$)		R$ 4.992,00	
	Com prazo de de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	R$ -	
			Quantidade Reprovada	R$ -	
			Quantidade de TCE	R$ -	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	R$ -	
			Montante Repassado (R$)	R$ -	
2009	Quantidade de contas prestadas			R$ 1.440,00	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		R$ 1.440,00	
		Quantidade Reprovada		R$ -	
		Quantidade de TCE		R$ -	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		R$ -	
		Montante repassado (R$)		R$ -	
2008	Quantidade de contas prestadas			R$ -	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		R$ -	
		Quantidade Reprovada		R$ -	
		Quantidade de TCE		R$ -	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		R$ -	
		Montante repassado (R$)		R$ -	
Exercícios anteriores a 2008	Contas não analisadas	Quantidade		R$ -	
		Montante repassado (R$)		R$ -	

6.6. Análise Crítica

Durante o ano de 2010, dois convênios vigoraram com esta Regional, quais sejam:

- com a SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, e;
- com o CIEE – Centro de Integração Empresa Escola.

Em relação ao primeiro não havia qualquer repasse financeiro, tendo sido descontinuado face a não renovação do convênio principal entre os Ministérios da Justiça e da Saúde. Tal convênio tem como objeto a integração operacional dos atendimentos da PRF/AL com o serviço SAMU.

Em relação ao CIEE, trata-se de convênio, ativo desde outubro de 2009, para oportunizar a alunos dos níveis médio e superior, estágio junto a esta Regional, ao tempo em que contribuem na medida das possibilidades, para o bom andamento dos serviços administrativos. Não há que se falar em inadimplência, haja vista que ao CIEE cabe a indicação de alunos pré-selecionados para o preenchimento de vagas preestabelecidas, o que o CIEE tem feito a contento.

A gestão do convênio é realizada tendo em vista a assiduidade e a pontualidade dos estagiários, bem como o seu aproveitamento nas atividades realizadas junto a esta Administração.

A seguir, tabela com valores históricos com o convênio para estágios, levando-se em conta que a taxa a que se refere a tabela abaixo não contempla as bolsas de estudo, cujos pagamentos concentram-se no DPRF, por meio do sistema SIAPE:

Quadro XXXVIII – Despesas de Convênio

ANO DA COMPETÊNCIA	MÊS DE COMPETÊNCIA	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	TAXA/ ESTAGIÁRIO	QUANT. ESTAGIÁRIOS
2009	outubro	R$ 480,00	R$ 1.440,00	R$ 24,00	20
	novembro	R$ 480,00		R$ 24,00	20
	dezembro	R$ 480,00		R$ 24,00	20
2010	janeiro	R$ 480,00	R$ 5.376,00	R$ 24,00	20
	fevereiro	R$ 456,00		R$ 24,00	19
	março	R$ 432,00		R$ 24,00	18
	abril	R$ 480,00		R$ 24,00	20
	maio	R$ 480,00		R$ 24,00	20
	junho	R$ 456,00		R$ 24,00	19
	julho	R$ 456,00		R$ 24,00	19
	agosto	R$ 456,00		R$ 24,00	19
	setembro	R$ 456,00		R$ 24,00	19
	outubro	R$ 456,00		R$ 24,00	19
	novembro	R$ 384,00		R$ 24,00	16
	dezembro	R$ 384,00		R$ 24,00	16
	TOTAL	**R$ 6.816,00**	**R$ 6.816,00**		

O convênio com o CIEE é acompanhado por fiscal indicado por esta Administração, que atesta as faturas mensais mediante medição da situação do convênio naquele mês, de forma que só há pagamento do valor referente a taxa/estagiário na justa medida da realidade do convênio naquele período.

A Seção de Recursos Humanos desta Regional alimenta o SIAPE mensalmente com as informações sobre a frequência dos estagiários, viabilizando o pagamento das bolsas de estudo de forma concentrada, no DPRF.

7. Declaração sobre Contratos e Convênios

DECLARAÇÃO

Declaro para os fins do Relatório de Gestão 2010, em cumprimento ao contido no item 6, parte A, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107 de 05 de novembro de 2010, que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Maceió/AL, 31 de março de 2011.

ERIVALDO LESSA DE MOURA
Chefe da Seção Administrativa e Financeira

8. Informações sobre Declarações de Bens e Rendas

Em razão da PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/CGU Nº 298, de 06/09/2007, D.O.U. de 11/09/2007, os servidores ocupantes de função de confiança desta 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal firmaram compromisso autorizando o acesso aos dados de suas declarações anuais de imposto de renda, logo, deixamos de exigir que a original fosse entregue à Seção de Recursos Humanos.

Ressaltamos que, apesar de terem autorizado o acesso aos dados, o Superintendente e seu Substituto, no exercício/2010, entregam suas declarações de imposto de renda.

9. Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro XXXIX – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	**Avaliação**				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**X**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				**X**	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				**X**	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					**X**
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					**X**
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				**X**	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				**X**	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				**X**	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**X**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				**X**	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				**X**	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				**X**	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				**X**	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				**X**	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				**X**	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	**X**				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					**X**
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				**X**	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	

Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Considerações gerais: A Administração realiza, através de deslocamento sistemático de servidores da Corregedoria Regional, verificação padronizada das atividades operacionais e seus servidores, através do AGS – Acompanhamento Geral de Serviço. Sob o ponto de vista orçamentário e financeiro, embora tenhamos um planejamento prévio anual, este é remetido ao DPRF que avaliando metodicamente as nossas demandas e das demais Regionais a ele vinculadas, trata de consolidar o planejamento a nível nacional, ao qual estamos submetidos.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro XL – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	**X**				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	**X**				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	**X**				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	**X**				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				**X**	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	**X**				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	**X**				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	**X**				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					**X**
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					**X**
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	**X**				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?	**X**				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?	**X**				
Considerações Gerais: a Regional prevê nos editais de licitação em geral, cláusulas que vinculam condições que sejam adequadas para o meio ambiente, e que representem economia de energia elétrica, por exemplo, conforme o caso.					
LEGENDA **Níveis de Avaliação:** **(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro XLI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	ALAGOAS	9	9
	- Atalaia	1	1
	- Canapi	1	1
	- Maceió	2	2
	- Novo Lino	1	1
	- Palmeira dos Índios	1	1
	- São Miguel dos Campos	1	1
	- São Sebastião	1	1
	- União dos Palmares	1	1
Subtotal Brasil		**9**	**9**
EXTERIOR		0	0
Subtotal Exterior		**0**	**0**
Total (Brasil + Exterior)		**9**	**9**

Quadro XLII – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200129	2707.00008.500-9	18	4	R$ 28.000,00	29/08/00	R$ 28.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
200129	2731.00005.500-5	21	4	R$ 1.618,25	01/01/00	R$ 1.618,25	R$ 0,00	R$ 0,00
200129	2785.00301.500-3	13	4	R$ 174.771,04	16/04/08	174.771,04	R$ 0,00	R$ 0,00
200129	2785.00353.500-7	18	2	R$ 580.155,26	01/01/00	580.155,26	R$ 0,00	R$ 0,00
200129	2811.00004.500-1	18	4	R$ 22.000,00	01/01/00	R$ 22.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
200129	2825.00020.500-9	18	2	R$ 54.528,77	01/01/00	R$ 54.528,77	R$ 0,00	R$ 0,00
200129	2871.00014.500-0	12	4	R$ 164.391,97	30/12/02	164.391,97	R$ 0,00	R$ 0,00
200129	2875.00006.500-9	18	2	R$ 35.000,00	01/01/00	R$ 35.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
200129	2885.00035.500-4	18	4	R$ 32.000,00	01/01/00	R$ 32.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Total							**R$ 0,00**	**R$ 0,00**

LEGENDA

Regime

1 – Aquicultura
2 – Arrendamento
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta
4 – Cessão – Outros
5 – Cessão – Prefeitura e Estados
6 – Cessão Onerosa
7 – Comodato
8 – Disponível para Alienação
9 – Em processo de Alienação
10 – Em regularização – Cessão
11 – Em regularização – Entrega
12 – Em regularização – Outros
13 – Entrega – Adm. Federal Direta
14 – Esbulhado (Invadido)
15 – Imóvel Funcional
16 – Irregular – Cessão
17 – Irregular – Entrega
18 – Irregular – Outros
20 – Locação para Terceiros
21 – Uso em Serviço Público
22 – Usufruto Indígena
23 – Vago para Uso

Estado de Conservação

1 – Novo
2 – Muito Bom
3 – Bom
4 – Regular
5 – Reparos Importantes
6 – Ruim
7 – Muito Ruim (valor residual)
8 – Sem Valor

11.1. Análise Crítica

Esta UJ não tem qualquer imóvel que seja locado de terceiros. Para este ano de 2011, encontra-se como meta, quando da designação da Comissão Inventariante que avalia as condições do patrimônio, o engajamento de seus integrantes em torno do Regime em que se encontram os imóveis sob nossa responsabilidade, perante os dados apresentados pelo Sistema SPIUNET.

12. Gestão de Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		X			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	02 servidores				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					

LEGENDA

Níveis de avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13. Cartões de Pagamento do Governo Federal

No período a que se refere o presente relatório e nos dois exercícios anteriores, não houve uso de Cartão de Pagamento do Governo Federal.

14. Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Não ocorreram no período.

15. Deliberações do TCU e Recomendações do OCI

Não ocorreram no período.

16. Recomendações do Controle Interno

Esta Regional não possui, em sua estrutura, órgão de controle interno.

B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1. Declaração do contador responsável

A declaração do contador responsável encontra-se no Anexo II do presente documento. A seguir, dados do contador responsável e do substituto do Ministério da Justiça, para composição do Relatório de Gestão do Exercício de 2010. Informações prestadas a esta UG através da mensagem SIAFI nº 2011/0550583. A Declaração do Contador foi enviada por e-mail, pela CGA, tendo chegado também a original via malote, que se encontra adequadamente arquivada.

TITULAR:

JOSE CARLOS GOMES
CPF: 115.517.631-68
ENDEREÇO: SQB LOTE 8, BLOCO "L" APARTAMENTO 203
GUARÁ I
CEP: 71.009-000
BRASÍLIA/DF
E-MAIL: JOSE.GOMES@MJ.GOV.BR
EFETIVA GESTÃO: 01/01 A 04/06/2010
07/07 A 31/12/2010

SUBSTITUTO

OSEIAS DA SILVA
CPF: 294.789.600-91
ENDEREÇO: SCLN 403, BLOCO "D" APARTAMENTO 17
ASA NORTE
CEP: 70.835-540
BRASÍLIA/DF
E-MAIL: OSEIAS.SILVA@MJ.GOV.BR
EFETIVA GESTÃO: 05/06 A 06/07/2010

CONCLUSÃO

A Constituição Federal define a competência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal no art. 144, a qual disciplina que a segurança pública é dever do Estado brasileiro, como também um direito e responsabilidade de todos, sendo exercida pelos órgãos de segurança pública, com intuito de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Assim, no parágrafo segundo do artigo retro mencionado, está disposto que "*A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais"*. Em nível infraconstitucional, existem leis e normas que definem um vasto conjunto de atribuições para a PRF, com base neste ditame constitucional, ou seja, o de patrulhar ostensivamente as rodovias federais brasileiras.

Tais atribuições abrangem praticamente todas as atividades do meio social, a exemplo da responsabilidade de prevenir e reprimir crimes contra a vida e ao patrimônio, a ecologia, ao meio ambiente, furtos e roubos de veículos e bens, tráfico de entorpecentes e drogas afins, contrabando, descaminho e demais crimes legalmente previstos. Ao analisarmos tais atividades encontramos um conteúdo bastante denso e complexo, impondo às ações desse órgão público um nível de capilaridade demasiado, talvez ímpar, entre os órgãos federais, em se tratando do poder executivo.

Para realizar estas tarefas se faz mister a observação e implementação de políticas públicas governamentais voltadas para a área de segurança pública, ressaltando a efetivação das metas propostas nos programas de ações e políticas sociais conduzidas pelo Governo Federal. Não se pode olvidar da aplicação intensiva de recursos tecnológicos e científicos, no sentido do emprego das inovações postas, como também, na cooperação técnica com órgãos de atividades correlatas, possibilitando uma maior eficiência na gestão (administrativa e operacional) do órgão; na busca pela otimização da aplicação dos recursos disponíveis, para se conquistar resultados palpáveis, considerando a meta de racionalizar o uso dos orçamentos de custeio e investimento disponíveis.

Por este prisma, devemos considerar a lógica de que indicadores de eficiência e eficácia acabam por estabelecer relação direta entre os resultados alcançados com os insumos utilizados. Ou seja, se destinam para mensurar a dimensão do rendimento da base operacional e de seus procedimentos, depurando-os para abrir possibilidades de melhorias. Não esquecendo que, a eficácia dos processos, mede-se pelas metas alcançadas.

Apesar da limitação de recursos, consideramos que esta Regional, no ano de 2010, na área operacional, realizou diversas exitosas atividades, umas atreladas ao calendário planejado nacionalmente, outras por iniciativa regional, atingindo metas bastante significativas, no que concerne, por exemplo, na implementação do aumento de fiscalizações de veículos e pessoas (por meio de testes de etilômetros e abordagens), resultando na elevação dos seguintes indicadores: notificações, veículos retidos, CNH´s recolhidas, animais recolhidos, auxílios a usuários, veículos recuperados, armas apreendidas, drogas (crack, maconha, anfetaminas e cocaína).

No contexto da segurança local, cumprimos a meta de trabalharmos em sintonia com outros organismos de segurança pública, tanto na esfera federal (IBAMA e Polícia Federal), como também, na área estadual (Ministério Público, Polícias Civil e Militar), deflagrando várias operações em conjunto com tais forças, resultando em prisões e desmantelamento de quadrilhas (assalto e roubo de cargas e adulteração de combustíveis). Tal sintonia é atualmente alardeada por vários especialistas em segurança pública, como forma de otimizar e racionalizar os recursos disponíveis, financeiros e humanos, tornado possível atacar de forma eficaz a criminalidade.

Diante do exposto, esta Unidade Jurisdicionada encerrou o exercício de 2010, com a certeza de que está no caminho certo, no sentido de cumprir suas obrigações constitucionais, não olvidando de que a meta principal é a de aprimorar e sistematizar seus procedimentos administrativos e operacionais, na busca pelo aperfeiçoamento organizacional, para conseguir satisfazer a sociedade nas suas demandas por serviços públicos de boa qualidade e retidão no uso recursos disponíveis.

ANEXO I – RELATÓRIO CORREICIONAL 2010

A seguir, relatório da Corregedoria Regional, referente ao ano de 2010. As indicações de mês presentes no processo, referem-se ao mês de dezembro de 2010.

INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES		
ENTRADA	**Mês**	**Ano**
IP protocoladas	0	17
IP recebidas de outra Unidade	0	0
IP EM ANDAMENTO no Mês	**0**	
SAÍDA	**Mês**	**Ano**
IP arquivada sem autuação	0	6
IP que gerou autuação de processo	0	11

PROCESSOS		
	Total	
1. Nº processos no início do exercício	**23**	
2. Processos na Unidade no mês vigente	**37**	
ENTRADA DE PROCESSOS	**Mês**	**Ano**
Denúncias/Representações Autuadas	2	**26**
Denúncias/Representações Rec. de outras Unidades	0	**1**
Denúncias/Representações Rec. da Com. de Ética	0	**0**
Processos Desapensados	0	**0**
Processos Desarquivados por Fatos Novos	0	**0**
Outras Entradas de Processos (inclusive processos encontrados)	0	**0**
Total	**2**	**27**

TIPOS DE PROCESSO	Mês	
Denúncias Internas – Servidor X Servidor	3	
Denúncias Internas – Servidor X Patrimônio	4	
Denúncias Internas – Servidor X Desempenho	19	
Denúncias Externas – Servidor X Usuário	4	
Outros	7	
Total	**37**	
PROCESSOS A INSTAURAR	**Total**	
Em diligências preliminares	14	
Em análise	7	
Aguardando instauração	6	
Total	**27**	
PROCESSOS INSTAURADOS NO MÊS	**Mês**	**Ano**
SAI	0	**0**
SAD	0	**0**
PAD	0	**11**
Total	**0**	**11**
PROCESSOS EM ANDAMENTO	**Total**	
SAI	0	
SAD	0	
PAD	10	
Total	**10**	
PROCESSOS AGUARDANDO JULGAMENTO	**Total**	
SAI, SAD ou PAD aguardando julgamento (Superintendente ou CG)	0	
SAI SAD ou PAD aguardando julgamento na CJ	0	
Recursos aguardando julgamento (superintendente, CG ou CJ)	0	
Total	**0**	
PROCESSOS ENCERRADOS SEM INSTAURAÇÃO	**Mês**	**Ano**
Processos arquivados por falta de objeto	0	**7**
Processos arquivados por litispendência	0	**0**
Remetidos a Outras Unidades	0	**0**
Processos apensados	0	**0**
Total	**0**	**7**
PROCESSOS ENCERRADOS COM INSTAURAÇÃO	**Mês**	**Ano**
Processos arquivados sem punição	0	**1**
Processos encerrados com punição, prescritos ou não	0	**5**
Processos Instaurados encaminhados a Outras Unidades	0	**0**
Processos apensados	0	**0**
Processos com Nulidade	0	**0**
Processos com Relatório Parcial ("Sobrestado")	0	**0**
SADs sem punição que resultaram em PAD	0	**0**
SAIs que resultaram em SAD ou PAD	0	**0**
Total	**0**	**6**
ENCAMINHAMENTO DE PROCESSOS	**Mês**	**Ano**
Encaminhados para Ressarcimento	0	**0**
Encaminhados para o Ministério Público	0	**0**
Encaminhados à Comissão de Ética	0	**0**
Encaminhados para TCA	0	**0**
Total	**0**	**0**
RESULTADO DOS PROCESSOS INSTAURADOS ENCERRADOS	**Mês**	**Ano**
Total de Servidores "Absolvidos"	0	**0**
Servidores Punidos com Advertência	0	**0**
Total de advertências não aplicadas devido à prescrição	0	**0**
Servidores Punidos com Suspensão	0	**4**
Total de suspensões não aplicadas devido à prescrição	0	**0**
Servidores Punidos com Demissão	0	**1**
Total de demissões não aplicadas devido à prescrição	0	**0**
Servidores Punidos com Cassação de Aposentadoria	0	**0**
Total de cassações de apos. não aplicadas devido à prescrição	0	**0**
Servidores Punidos com Nota de Culpa	0	**0**
Total de Notas de Culpa não aplicadas devido à prescrição	0	**0**
Nº de processos em que houve prescrição	0	**0**
Total de Penalidades Prescritas	**0**	**0**

RECURSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS	Mês	Ano
Pedido de Reconsideração	0	2
Recurso Hierárquico	0	2
Pedido de Revisão	0	0
Total	**0**	**4**
PENALIDADES REFORMADAS	**Mês**	**Ano**
Advertências revertidas em Arquivamento	0	0
Advertências convertidas em Suspensão	0	0
Suspensões revertidas em Arquivamento	0	0
Suspensões revertidas em Advertência	0	0
Suspensões convertidas em Multa	0	0
Advertências Anuladas	0	0
Suspensões Anuladas	0	0
Demissões anuladas	0	0
Cassações de Aposentadoria anuladas	0	0
Notas de Culpa anuladas	0	0
Recursos Indeferidos	0	4
Total	**0**	**0**
INFORMAÇÕES GERAIS		
OPERAÇÕES DE CORREGEDORIA	**Mês**	**Ano**
Realizadas na Unidade	0	0
PRISÕES	**Mês**	**Ano**
Flagrantes	0	0
Ordem judicial	0	0
Outros	0	0
SERVIDORES	**Nº Servidores**	
Servidores aptos a atuar em PAD (Banco de Talentos)	**18**	
Total servidores capacitados nos últimos 02 anos	**15**	
Servidores atuando em proced. na Unidade	**10**	
Servidores Disponibilizados p/ outras Unidades	**0**	
Servidores Disponibilizados p/ outros órgãos	**0**	
Quantidade atualizada de servidores na Unidade	169	
POSTOS	**Total**	
Número de Delegacias na Regional	3	
Número de Postos na Regional	8	
ACOMPANHAMENTO GERENCIAL DE SERVIÇO	**Mês**	**Ano**
Quantidade de Relatórios de Visita Correicional (RVC)	0	14
Quantidade de Relatórios de Avaliação Gerencial (RAG) recebidos	17	154
Quantidade de servidores auditados pelas RVC	0	26
Quantidade de servidores auditados pelas RAG	29	295
Reuniões Correicionais	0	0
	0	0
CARTAS PRECATÓRIAS	**Mês**	**Ano**
Cumpridas	0	3
Expedidas	0	0
PALESTRAS	**Mês**	**Ano**
Realizadas na Unidade	0	2

ANEXO II – DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	**Código da UG:**
13ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/AL	200129

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:

a) Falta de registro da depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2010, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.30.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações; e
b) Falta de remessa do RMA e RMB à Setorial Contábil para confronto dos saldos com o SIAFI.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e
- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF	**Data**	09 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	**CRC nº**	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONT/DPROG/SE/MJ
Coordenador

Endereço: Esplanada dos Ministérios – Bloco T – Anexo II – Salas 527 e 529 - Brasília - DF – CEP 70.064-900
Telefone: (0xx61) 2025-9163 - Fax: (0xx61) 2025-9316